

ATA DA SEXAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 28-6-2021.

---

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Mônica Leal, Natasha Ferreira, Pablo Melo, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Andrea da Matta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovanni e Coletivo, Mauro Pinheiro, Mirgon Kayser, Ton Falcão e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 194/21 (Processo nº 0500/21), de autoria de Bruna Rodrigues; o Projeto de Lei do Legislativo nº 244/21 (Processo nº 0624/21), de autoria de Claudio Janta; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 195 e 233/21 (Processos nºs 0507 e 0602/21, respectivamente), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 235/21 (Processo nº 0606/21), de autoria de Jonas Reis; os Projetos de Resolução nºs 027 e 031/21 (Processos nºs 0555 e 0596/21, respectivamente), de autoria de Lourdes Sprenger; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 232 e 246/21 (Processos nºs 0599 e 0626/21, respectivamente), de autoria de Mônica Leal. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 983 e 984/21, do Prefeito, solicitando a tramitação dos pedidos em regime de urgência, respectivamente, para o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/21 e para o Projeto de Lei do Executivo nº 006/21 (Processos nºs 0485 e 0484/21, respectivamente). A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Também, por solicitação de Leonel Radde, Jonas Reis, Pedro Ruas e Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a mortos por covid-19, a José Paulo Bisol e a Carla Rosieli da Silva. Em continuidade, foram aprovados os seguintes requerimentos, solicitando licença para tratar de interesses particulares: de autoria de Bruna Rodrigues, do dia vinte e oito de junho ao dia cinco de julho do corrente; de autoria de Claudio Janta, do dia vinte e oito de junho ao dia dois de julho do corrente; de autoria de Aldacir Oliboni e de Reginete Bispo, do dia vinte e oito ao dia trinta de junho do corrente. Também, foram apregoadas as seguintes declarações, informando o impedimento de suplentes em assumirem a vereança: firmada por Claudio Janta, com referência a Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Evaldir Santos Ramalho, Pedro Sergio Correa da Silva, Alex Sandro Nunes da Rosa, Edson Strogulski, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Ricardo da Silva Schuster, Sezefredo da Silva Cordeiro, Marcelo Luis Velho Clara, Jean Pierre de Souza Pereira,

Geovane Rodrigues, Sergio Roberto de Almeida, João Batista Rodrigues Reis, Eliane de Souza Dutra, Ernane Goulart da Silveira, João Ismael Fagundes Vieira, Divina Maria Pacheco, Alix Georges, Luis Roberto Santos Nolasco, Ana Paula Lacerda, Eduardo Fagundes Becker, Maria Angelica Azevedo Pinheiro e Bruna Pamela da Silva, do dia vinte e oito de junho ao dia dois de julho do corrente; firmada por Aldacir Oliboni, com referência a Marcelo Sgarbossa, Carlos Roberto Comassetto, Adeli Sell, Everton de Moraes Gimenez, Cris Medeiros, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Valmir Ferreira Martins, Bernardo Lucero de Carli, Alberto Moura Terres, Maristela Maffei, Any Carmem de Avila Moraes, Pedro Leonardo da Luz Loss, Lidionei da Rosa Santos, Julio Cesar Riemenschneider de Quadros, Manoel Rocha da Rosa, Ana Paula Meira da Rocha, Ottmar Teske, Palmira Marques da Fontoura, Hosana Maria Fonseca Piccardi, Maria Luiza Rodrigues Viana, José Pedro Silva da Luz, Sady Jacques, Vera Beatriz Soares e Alberto dos Santos Fagundes, do dia vinte e oito ao dia trinta de junho do corrente. Ainda, o Presidente declarou empossados na vereança, após a entrega de seus diplomas e declarações de bens, bem como a indicação de seus nomes parlamentares e a prestação do compromisso legal, os seguintes suplentes: Andrea da Matta, em substituição a Claudio Janta, informando-a que integraria a Comissão de Constituição e Justiça; Mirgon Kayser, em substituição a Aldacir Oliboni, informando-o que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente; Ton Falcão, em substituição a Reginete Bispo, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Após, Andrea da Matta, Mirgon Kayser e Ton Falcão pronunciaram-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do centésimo quinquagésimo primeiro aniversário do Hospital Beneficência Portuguesa, nos termos do Requerimento nº 175/21 (Processo nº 0534/21), de autoria de Hamilton Sossmeier. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Hamilton Sossmeier, proponente. A seguir, o Presidente convidou Hamilton Sossmeier a proceder à entrega de diploma alusivo à presente solenidade a Rafael França, Presidente da Associação Beneficente São Miguel, mantenedora do Hospital Beneficência Portuguesa. Também, o Presidente concedeu a palavra a Rafael França, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quatro minutos às quinze horas e oito minutos. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Rosângela Machado, da Associação dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Passageiros de Porto Alegre, que se pronunciou acerca do centésimo quadragésimo nono aniversário da Companhia Carris Porto-Alegrense. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Leonel Radde, Pedro Ruas, Giovani e Coletivo e Karen Santos manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Na ocasião, o Presidente declarou Giovani e Coletivo empossado na vereança, do dia vinte e oito de junho ao dia cinco de julho do corrente, em substituição a Bruna Rodrigues, informando-o que integraria a Comissão de Finanças, Orçamento e do Mercosul. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e sete minutos às quinze horas e trinta minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Comandante Nádia, Alexandre Bobadra, Natasha Ferreira, Giovani e Coletivo, Jonas Reis e Andrea da Matta. Em prosseguimento, foi

apregoado o Processo SEI nº 042.00036/2021-94, por meio do qual é autorizada representação externa de Mauro Zacher, nos dias vinte e oito e vinte e nove de junho do corrente, em reunião na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para discussão de políticas públicas de prevenção da violência escolar e debate do projeto Previne – protocolo de prevenção à violência nas escolas, em São Paulo – SP. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Karen Santos, Gilson Padeiro e Mirgon Kayser. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Daiana Santos, em tempo cedido por Márcio Bins Ely. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Moisés Barboza. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 009/21, discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis, Moisés Barboza e Leonel Radde. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 054 e 160/21 e os Projetos de Resolução nºs 028 e 022/21, este discutido por Jonas Reis, Pedro Ruas, Mauro Pinheiro, Leonel Radde e Alexandre Bobadra; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/21 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 117/20, 018, 121 e 143/21. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mauro Pinheiro. Às dezoito horas e treze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 068/21 (Processo nº 0221/21), o qual, após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Daiana Santos, Karen Santos e Felipe Camozzato, teve sua votação suspensa, em face do encerramento da presente sessão. Na oportunidade, foram apregoados a Emenda nº 02, assinada por Mauro Zacher, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 068/21, e requerimento de autoria de Mauro Zacher, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Também, esteve em votação requerimento de autoria de Mauro Zacher, solicitando que a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 068/21 fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, o qual, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Matheus Gomes e Mauro Pinheiro, teve sua votação suspensa, em face do encerramento da presente sessão. Às dezoito horas e cinquenta e três minutos, esgotado o prazo regimental da sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos, solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há quórum.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de mais de 515 mil pessoas no Brasil por Covid-19.

**Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Paulo Bisol, ex-senador, ex-deputado, ex-secretário de segurança, um grande político que perdemos nesse final de semana, um lutador pela Constituinte, pelos direitos humanos, um homem à frente de seu tempo, perde a política, perde o Rio Grande do Sul, ficam as referências que, sem sombra de dúvida, balizam não somente o Partido dos Trabalhadores assim como outras legendas para que a política seja em prol do bem comum e para o avanço de uma sociedade igualitária democrática e soberana. José Paulo Bisol presente sempre na luta das trabalhadoras, dos trabalhadores. Reivindico aqui um minuto de silêncio a essa figura pública exemplar.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, eu queria me somar aos requerimentos do Ver. Leonel Radde e do Ver. Jonas e quero dizer, Ver. Jonas, que tive a honra de ser amigo de S. Exa., o Senador José Paulo Bisol, era uma figura ímpar na história do Brasil, de uma generosidade impressionante, com quem eu tive a honra de aprender muito, lamento muito essa perda. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Carla Rosiele Martins da Silva, que também foi acometida pelo coronavírus com menos de 40 anos de idade.

Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 28 de junho a 5 de julho de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de

Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Claudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 28 de junho a 2 de julho de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Aldacir Oliboni solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 28 a 30 de junho de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 28 a 30 de junho de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Aprego declaração firmada pelo Ver. Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando os impedimentos dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Evaldir Santos Ramalho, Pedro Sergio Correa da Silva, Alex Sandro Nunes da Rosa, Edson Strogulski, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Ricardo da Silva Schuster, Sezefredo da Silva Cordeiro, Marcelo Luis Velho Clara, Jean Pierre de Souza Pereira, Geovane Rodrigues, Sergio Roberto de Almeida, João Batista Rodrigues Reis, Eliane de Souza Dutra, Ernane Goulart da Silveira, João Ismael Fagundes Vieira, Divina Maria Pacheco, Alix Georges, Luis Roberto Santos Nolasco, Ana Paula Lacerda, Eduardo Fagundes Becker, Maria Angelica Azevedo Pinheiro e Bruna Pamela da Silva em exercerem a vereança em substituição, no período citado.

Apregoadas declarações firmadas pelo Ver. Aldacir Oliboni, Líder da Bancada do PT, informando os impedimentos dos suplentes Marcelo Sgarbossa, Carlos Roberto Comassetto, Adeli Sell, Everton de Moraes Gimenis, Cris Medeiros, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Valmir Ferreira Martins, Bernardo Lucero de Carli, Alberto Moura Terres, Maristela Maffei, Any Carmem de Avila Moraes, Pedro Leonardo da Luz Loss, Lidionei da Rosa Santos, Julio Cesar Riemenschneider de Quadros, Manoel Rocha da Rosa, Ana Paula Meira da Rocha, Ottmar Teske, Palmira Marques da Fontoura, Hosana Maria Fonseca Piccardi, Maria Luiza Rodrigues Viana, José Pedro Silva da Luz, Sady Jacques, Vera Beatriz Soares e Alberto dos Santos Fagundes em exercerem a vereança em substituição, no período citado.

Informamos que se encontram presentes a suplente Andrea da Matta e os suplentes Mirgon Kayser e Ton Falcão e que os suplentes já procederam a entrega de seus diplomas, de suas declarações públicas de bens e de suas indicações de nome parlamentar.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Convido a todos para, de pé, ouvirem os suplentes prestarem o compromisso regimental. Convido a suplente

Andrea da Matta para prestar o compromisso.

**SUPLENTE ANDREA DA MATTA (SD):** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro empossada a Ver.<sup>a</sup> Andrea da Matta, em substituição ao Ver. Claudio Janta, e informo que V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ.

Convido o suplente Mirgon Kayser para prestar o compromisso.

**SUPLENTE MIRGON KAYSER (PT):** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro empossado o Ver. Mirgon Kayser, em substituição ao Ver. Aldacir Oliboni, e informo que V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente - COSMAM.

Convido o suplente Ton Falcão para prestar o compromisso.

**SUPLENTE TON FALCÃO (PT):** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro empossado o Ver. Ton Falcão, em substituição a Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo, e informo que V. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana CEDECONDH.

A Ver.<sup>a</sup> Andrea da Matta está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADORA ANDREA DA MATTA (SD):** Boa tarde, Presidente; Srs. Vereadores e Sra. Vereadoras e a todos aqui presentes. Eu me chamo Andrea da Matta, tenho 45 anos, sou mulher, lésbica, mãe independente, dona de bar na Cidade Baixa e cervejeira nas horas vagas. É com muito orgulho e gratidão que estou aqui, hoje, representando meu eleitorado neste dia histórico para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre e, além disso, com muita alegria e orgulho, constituindo a bancada LGBTQIA<sup>+</sup>. Queremos respeito, oportunidades, igualdade e paz. Estamos em pleno século XXI, e ainda convivemos com o ódio e preconceito jurássico, caduco, arcaico de pessoas que matam e ferem por causa de diferença de gênero, etnia, cor, religião e classe social. Ainda que tenham havido avanços no campo do direito e das garantias fundamentais da população LGBTQIA<sup>+</sup>, o caminho a ser percorrido ainda é árduo e longo. Nesse percurso, o combate ao preconceito, culturalmente cristalizado no seio, no bojo da

sociedade, é a luta mais dura. Hoje vivemos dias sombrios, e o que é politicamente correto perdeu seu sentido ético, didático e voltou para o armário, virando motivo de piada e chatice. Como resultado, temos a política do grotesco e do negacionismo, um prato cheio de medo, dúvidas, ignorância e ódio. Em 2020, 237 LGBTQIA<sup>+</sup> - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - tiveram mortes violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia; foram 224 homicídios, 94,5%, e 13 suicídios, 5,5%, conforme o Relatório do Observatório de Mortes Violentas de LGBTQIA<sup>+</sup> no Brasil; em um ano, temos cerca de 20 mortes por mês. Justiça para Ana Paula Campestrini, mulher, lésbica e mãe assassinada com 10 tiros no portão de sua casa, em Curitiba, onde morava com sua companheira de longa data. Ela só queria, disse sua companheira, ser feliz. Justiça para Marielle Franco e para tantas outras que se foram; justiça para a Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira que hoje teve de enfrentar a delegacia para pedir pelos seus direitos; justiça para aqueles que não podem ser quem são por conta do medo e do preconceito. Chega de tanto ódio, preconceito e mortes. O amor ultrapassa toda e qualquer fronteira do preconceito ou não seria amor. O amor, quando verdadeiro, aproxima, liberta, não aprisiona, não amedronta, não espanca, não excluí, não mata! Não pedimos que amem nossa escolha, mas queremos respeito, dignidade, liberdade, direito iguais e paz! Por fim, agradeço ao movimento LGBTQIA<sup>+</sup> pela luta; à minha família e amigos, pelo apoio e amor; ao meu partido, o Solidariedade, por me abrir portas; e ao Ver. Claudio Janta, pelo apoio e ensinamentos. Viva ao SUS, vacina para todos!

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PRESIDENTE):** O Ver. Mirgon Kayser está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADOR MIRGON KAYSER (PT):** Boa tarde, Presidente; Vereadores e Vereadoras presentes, especialmente à bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que me oportuniza estar aqui ao longo desta semana. Gostaria de citar a minha esposa e o meu filho, Mirgon Neto, pela paciência e pela parceria. Eu espero que os companheiros e as companheiras, que ombrearam comigo nas eleições, compreendam a impossibilidade de citar todos e todas como gostaria, mas considerem-se abraçados na figura da Geila Freitas, do Pedro Jacob, do Sergio Jasso, da conselheira Maria Alice e dos ex-vereadores desta Casa Juarez Pinheiro e Jorge Cruz. Eu não posso deixar de agradecer a setorial do meio ambiente do PT, na figura do secretário Darci Campani, e o Partido dos Trabalhadores, na figura da presidenta Maria Celeste. Ninguém sobe nesse púlpito sozinho. Minha solidariedade às famílias das mais de 500 mil vidas brasileiras levadas pelo coronavírus e pelo negacionismo. Saúdo ao povo de Porto Alegre que confia a este Parlamento o papel de lhe representar nos temas que dizem respeito a nossa cidade que está ambientalmente doente, submetida a uma lógica ambiental perversa e predatória. Essa doença acomete não apenas a nossa cidade, mas o restante do nosso País e boa parte do mundo. Neste mês de junho, nós comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente, essa data, para nós que nos preocupamos com o meio

ambiente, não é uma data comemorativa, é uma data de luta, de muita luta. O Governo Bolsonaro atua contra o meio ambiente, abrindo as portas da expansão desenfreada dos agrotóxicos, fazendo vista grossa às queimadas, tráfico de madeira e grilagem de terra; trabalha com um braço pela privatização da água e com o outro pela desregulamentação das atividades de mineração, enquanto que a sua incompetência em toda gestão energética do nosso País nos coloca sob grave risco iminente de apagão. Aqui no Rio Grande do Sul, o nosso bioma pampa, já tão castigado pelo avanço das extensas lavouras de soja e pelas florestas de eucalipto, convivem com lobby, cada vez mais pesado, dos agrotóxicos. Amanhã, o governo Leite pretende votar projeto que permite o uso de agrotóxicos que não são autorizados em seus países de origem. A quem isso interessa? Isso tudo sem falar dos projetos de mineração de chumbo no rio Camaquã e de carvão nos arredores de Porto Alegre. Nossa cidade tem o Guaíba presente em todos os cartões postais, mas que, no dia a dia, na vida real, o nosso lago luta para se manter vivo, sobrevivendo a como o tratamos. A visão de cidade fria e concretada se instalou em Porto Alegre, e um arboricídio nos derrubou da orgulhosa posição da capital mais arborizada do País para um time de quarto lugar; e seguimos caindo nessa conta. Os nossos arroios viraram esgoto a céu aberto. O planejamento urbano da Cidade vem sendo patrolado em nome de interesse imobiliário e sem levar em conta nenhum conceito ou planejamento do que esperamos que a nossa cidade se torne amanhã, como se fosse possível planejar floresta sem pensar no ecossistema, como se a soma aleatória de empreendimentos fosse capaz de constituir uma cidade de verdade. Em função do tempo, fico só nesses exemplos do que constitui hoje a nossa indignação ambiental. O negacionismo, o terraplanismo e a anticiência que espantam o nosso País, em meio a essa pandemia, são um velho conhecido de muito tempo da luta ambiental. A economia vem primeiro, o aquecimento global, assim como a pandemia, é uma farsa, os negacionistas ambientais não percebem que o desmatamento e a degradação dos biomas não são um resfriadinho, o aquecimento global não é uma conspiração e o meio ambiente saudável não antagoniza com uma economia forte, pelo contrário. Já passou da hora de nós entendermos que, uma vez extinta, aí, sim, a humanidade não será capaz de gerar riqueza alguma. Não há economia forte ou civilização saudável sem uma população alimentada, abrigada e com acesso pleno ao trabalho, à saúde, à segurança, à educação e à cultura. Não há planeta saudável sem um meio ambiente harmônico entre todas as suas espécies, incluindo a espécie humana; sem um planeta saudável, não há futuro; sem uma civilização saudável, não há nenhum futuro bom que possa haver. Queremos vacina no braço, comida no prato, ar puro, água limpa, sorriso no rosto. Ver. Ton, Ver.<sup>a</sup> Natasha, que todos tenhamos o mesmo direito de amar, de ser e de viver da forma que melhor nos definirmos. Obrigado aos nobres pares pela acolhida na Casa. A nossa luta é por um País justo e independente, onde voltemos a ter um presidente que seja povo e onde o povo volte a ser presidente deste País. Fora Bolsonaro! Obrigado pelo tempo, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)



**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ton Falcão está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADOR TON FALCÃO (PT):** Boa tarde, Sr. Presidente; vereadores integrantes da Mesa, colegas vereadores e vereadoras. É um prazer imenso e uma responsabilidade ainda maior estar aqui, nesta tarde e por esses dias em que ficarei aqui, assumindo este mandato. Eu, vereador eleito, homem gay não faço isso sozinho, junto comigo, nesta tribuna, por todos os dias em que estarei aqui, estarão todos os LGBTs que vieram antes de mim, os que estão aqui comigo e os que virão depois de mim. Junto comigo, aqui em cima, na data de hoje, que é um dia tão especial e tão representativo, não só para mim, não só para a população LGBT, mas para todas e todos aqueles que ainda precisam aprender a nos respeitar. Eu quero agradecer por todo o trabalho e por toda a luta daqueles que vieram antes, daqueles que morreram, para que pessoas como eu estivessem aqui hoje, para que portas fossem abertas, ainda assim, em 2021, a gente ainda precisa lutar para ser respeitado, para não ser atacado. Ainda assim a gente precisa estar aqui e tem que prestar solidariedade para colegas, como a colega Natasha, que vem sofrendo agressões nas redes. Ainda assim, resistir, para nós, LGBTs, é um ato político. Nós somos povo, nós fazemos deste País o que ele é também. Os nossos corpos são transversais, nós discutimos, nós lutamos e nós produzimos por saúde, por ciência, por educação, por segurança, por política.

Não há, em nós, nada que nos diferencie de qualquer outra população, a não ser o estigma que jogam contra os nossos corpos, a não ser a necessidade diária que a gente tem de lutar junto para sobreviver. E até quando? É por isso que hoje é uma data muito especial principalmente nesta Casa. Hoje nós, num número maior do que o normal; nós, que já tivemos uma porta aberta pela Ver.<sup>a</sup> Daiana, estamos aqui juntos; hoje nós vamos fazer história para que daqui a quatro anos estejam aqui mais pessoas, mais titulares LGBTs. E os nossos corpos políticos vão, sim, ocupar todos os espaços que nós achamos que devemos ocupar.

É com imenso prazer que a gente está aqui para fazer a luta, e a nossa luta é pelo SUS, a nossa luta é pela educação pública e de qualidade, a nossa luta é contra esse Presidente genocida que nos mata de várias formas, inclusive quando não nos dá o direito à vacina! Até quando? Até quando os nossos corpos de periferia LGBT vão sofrer mais do que qualquer outra pessoa neste País? Que população nós somos se nós não defendermos os nossos? Nós estamos aqui por todos! E a luta vai seguir por todos, a todo momento! Nós não vamos esmorecer. Agradeço a todos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradecemos pelas manifestações garantidas pelo art. 12, § 8º do nosso Regimento. Passamos às

## COMUNICAÇÕES

De imediato, convido o nosso mestre de cerimônias José Luís para que proceda às formalidades relativas ao período de Comunicações em homenagem aos 151 anos do Hospital Beneficência Portuguesa.

**SR. JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):** Senhoras e senhores, boa tarde. Neste momento, damos início ao período de Comunicações em homenagem ao aniversário de 151 anos do Hospital Beneficência Portuguesa, por iniciativa do Ver. Hamilton Sossmeier. Compõem a Mesa dos trabalhos o Ver. Márcio Bins Ely, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Dr. Rafael França, Presidente da Associação Beneficente São Miguel, Gestora do Hospital Beneficência Portuguesa; e o Sr. Alan Silva da Costa, Diretor Jurídico do Hospital Beneficência Portuguesa. De imediato, passamos a palavra ao proponente desta homenagem, Ver. Hamilton Sossmeier.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Boa tarde a todos. Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É com imenso prazer que nós estamos aqui hoje para comemorar os 151 anos e homenagear o Hospital Beneficência Portuguesa. A pedra fundamental do edifício, que até hoje é um dos marcos arquitetônicos mais importantes da capital gaúcha, foi lançada em 29 de junho de 1867 e, graças ao apoio incessante da comunidade, as obras seguiram com celeridade até a sua inauguração, em 29 de junho de 1870. Berço de nascimento de Elis Regina, Moacyr Scliar, Luis Fernando Verissimo, Lauro Quadros, Marta Medeiros, entre tantas outras personalidades, além de centenas de porto-alegrenses. Já enfrentou crises, onde, por inúmeras vezes, esteve na iminência de fechar definitivamente as portas; em 2004, um grupo de personalidades ali nascidas se reuniu em campanha pelo não fechamento do hospital, e conseguiu. Na ação, foi produzido um audiovisual onde Lauro Quadros, Moacyr Scliar, Luis Fernando Verissimo, entre outros, fizeram um apelo à comunidade, que respondeu à altura. Mas, na década seguinte, por exemplo, por problemas de gestão, o hospital chegou a anunciar o seu fechamento. Em 2018, com a nova gestão da Associação Beneficente São Miguel, a partir de julho, a histórica casa de saúde ganhou novo rumo, com o apoio de um pequeno grupo da iniciativa privada, passa a retomar seu crescimento de forma gradativa e constante. No mesmo ano, foram revitalizados, no andar térreo, o acesso principal pela Av. Independência, uma nova e ampla recepção, e o pronto atendimento com oito leitos de urgência e emergência, além de salas de exames e consultórios médicos. Em 2019, uma nova ala de internação, com 22 leitos, foi revitalizada. Em 2020, em plena pandemia da Covid-19, e na contramão da maior crise de saúde do País, entregou à comunidade uma nova UTI, com 19 leitos equipados, sendo dois deles de isolamento total, com pontos de hemodiálise. Atualmente, o hospital opera com um pronto atendimento 24h, exames e cirurgias de baixa e média complexidade, além de uma UTI SUS/Covid e privados e 66 leitos de internação. Em revitalização, estão três

salas cirúrgicas e uma sala de recuperação no terceiro andar, e uma ala inteira, no primeiro andar, onde serão instalados novos leitos. Ainda neste ano de 2021, concretizou a parceria entre o hospital e o grupo Arquitetos Voluntários, que prevê a revitalização e iluminação da fachada histórica e de outras duas importantes áreas internas abertas, o pátio do Cristo e o jardim do chafariz. Destaco também as atividades desenvolvidas pelo serviço social, que prima por desempenhar ações e intervenções que contribuem com o atendimento integral do paciente e de seus familiares. Assim, hoje, venho a esta tribuna prestar uma homenagem ao Hospital Beneficência Portuguesa pelos seus 151 anos de empenho e dedicação em servir e continuar servindo o cidadão porto-alegrense. Não obstante as dificuldades até aqui enfrentadas, parabenizo a equipe de médicos e profissionais de saúde da atual gestão na pessoa do Presidente da Associação Beneficente São Miguel, entidade gestora do hospital; o médico Dr. Rafael França e toda a equipe administrativa na pessoa dos seus representantes nesta sessão, Lannes Lopes Osório, coordenador de Comunicação Social e Marketing da Associação Beneficente São Miguel e Alan da Silva Costa, Diretor Jurídico. Certamente podemos, no dia de hoje, perceber os grandes resultados alcançados pela soma de esforços entre o poder público, a iniciativa privada e o profissionalismo de qualidade; com isso, quem ganha é Porto Alegre. Parabéns ao Hospital Beneficência Portuguesa! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Queremos aqui também fazer um agradecimento muito especial ao Dr. Rafael França, que é o gestor do Hospital Beneficência Portuguesa e Presidente da Associação Beneficente São Miguel, bem como ao Alan Silva da Costa, Diretor Jurídico do Hospital e agradecer pela gentil acolhida que me fizeram esta semana, por ocasião da visita que lá fizemos ao Beneficência. Meus parabéns pelo trabalho de recuperação que vocês estão fazendo e também em especial ao Ver. Hamilton, pois quando fala a Câmara, fala a cidade.

A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Muito obrigada, Vereador. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar o Ver. Hamilton por esta homenagem justa e merecida ao Hospital Beneficência Portuguesa. Saudamos todos os profissionais que fazem um trabalho magnífico, principalmente nesta pandemia, quando sabemos o quão importante é a questão dos hospitais e de ter, sim, profissionais competentes para atender. Nasci no Beneficência Portuguesa, em 1968, e já se vão 53 anos. Infelizmente, depois que houve aquele incêndio, a gente acabou não conseguindo todos os documentos, mas, vida longa ao Beneficência Portuguesa! Que continuem fortes e firmes aqui na cidade de Porto Alegre, fazendo o seu melhor para os porto-alegrenses e para aquelas pessoas da Região Metropolitana que, porventura, também venham buscar os serviços de vocês. Vida longa ao Beneficência Portuguesa! Continuem fortes e firmes! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Aproveitando a deixa, aqui, da fala da Ver.<sup>a</sup> Nádia, eu fiquei emocionado porque eu nasci no Hospital Beneficência Portuguesa, assim como a Ver.<sup>a</sup> Nádia. Então, quero parabenizar a Câmara de Vereadores por esta homenagem tão especial e reforço, aqui, os nossos melhores votos ao Dr. Rafael França, Presidente da Associação Beneficente São Miguel, gestor do Hospital Beneficência Portuguesa, e ao Alan Silva da Costa, Diretor Jurídico do Hospital. Este hospital fica localizado no coração de Porto Alegre, um hospital muito importante, um hospital histórico, tantas pessoas que nasceram lá, e hoje este hospital está passando por uma fase de transformação, ele precisa, sim, do nosso carinho, da nossa atenção. E quero dizer aos administradores do hospital que podem contar conosco, aqui, na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Convido o Ver. Hamilton para que proceda à entrega do diploma em homenagem aos 151 anos do Hospital Beneficência Portuguesa.

(Procede-se à entrega do diploma.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Dr. Rafael França, presidente da Associação Beneficente São Miguel e gestor do Hospital Beneficência Portuguesa está com a palavra.

**SR. RAFAEL FRANÇA:** Boa tarde a todos. É com imensa honra e alegria que venho participar, pela minha primeira vez, junto à Câmara Municipal de Porto Alegre, num momento histórico para o Hospital Beneficência Portuguesa. Quero agradecer a oportunidade ao Ver. Márcio Bins Ely, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu vejo uma geração de pessoas jovens, e eu venho representando um hospital com mais de 150, são 151 anos de história. Para quem não sabe, eu vou contar uma breve história: o Hospital Beneficência Portuguesa descende dos mesmos portugueses que vieram a construir a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e, em algum momento, eles literalmente atravessaram a rua para construir um hospital, à época, para os senhores; enquanto a Santa Casa atenderia os pobres, os necessitados, os indigentes, a Beneficência Portuguesa seria o hospital dos senhores. Infelizmente a história contou diferente, e o Hospital Beneficência Portuguesa, por vários fatores, enfrentou várias situações de crise. A Santa Casa teve uma pessoa brilhante em nome de Dom Vicente Scherer que, na década de 1980, capitaneou a sociedade e resgatou a Santa Casa e a colocou no nível que é hoje, de excelência. Nós, da Associação Beneficente São Miguel, em 2018,

quando assumimos a gestão frente ao Hospital Beneficência Portuguesa sabíamos que o desafio era enorme. Um hospital com vários problemas de estrutura, recentemente havia perdido a contratualização junto ao Sistema Único de Saúde, com um passivo gigantesco, mas nós não hesitamos no desafio. Nós nunca deixamos de acreditar no potencial que o Hospital Beneficência Portuguesa tem, e hoje, quase três anos à frente do hospital, depois de várias áreas revitalizados, UTI aberta, e nos próximos 40 dias estaremos abrindo nosso bloco cirúrgico completo, nós temos a convicção cada vez maior de que o Hospital Beneficência Portuguesa está ressurgindo, renascendo, e é muito especial para o hospital e seus 270 colaboradores que hoje estão lá receber esta homenagem. Eu tenho a oportunidade de estar aqui hoje na Casa do porto-alegrense para chamar atenção da importância do Hospital Beneficência Portuguesa. Quero agradecer mais uma vez a todos pela oportunidade e deixar o convite, pois o hospital está de portas abertas para quem quiser conhecê-lo. Meu muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Dr. Rafael França. Suspendemos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h04min.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h08min:** Estão reabertos os trabalhos. Agradecemos então, mais uma vez, nas pessoas do Dr. Rafael França e do diretor Alan Silva Costa, e damos por encerrada a homenagem aos 151 anos do Hospital Beneficência Portuguesa.

Passamos à

## **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Passageiros de Porto Alegre – Attropa, que tratará dos 149 anos da Carris. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Rosângela Machado e o Sr. Marcelo Weber Rosa, representantes da associação. Convidamos a senhora Rosângela Machado para fazer uso da palavra em nome da Attropa, pelo tempo regimental de dez minutos.

**SRA. ROSÂNGELA MACHADO:** Boa tarde, Sr. Presidente da Casa; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, colegas rodoviários e ouvintes da TV Câmara, me chamo Rosângela Machado, sou cobradora do transporte coletivo, trabalho há 17 anos na empresa Carris e venho hoje me dirigir respeitosamente aos senhores e às senhoras, através desta tribuna, para falar sobre o aniversário desta companhia centenária que, no último dia 19, completou 149 anos, a nossa querida Companhia Carris Porto-alegrense. Além disso, trazer alguns questionamentos e levantar o debate acerca da privatização

desta empresa proposta no Projeto de Lei nº 03/2021. Não preciso fazer nenhum esforço para relatar a importância e o histórico de serviços prestados para esta cidade, serviços estes que são prestados desde a época do Império, e em pleno século XXI encontramos ataques fulminantes e covardes contra a atividade desta empresa eficaz e eficiente. Realizei uma pesquisa de IPK - índice de passageiros por quilômetro rodado - nas planilhas tarifárias de 2017 a 2021 para fazer algumas constatações de eficiência da empresa pública em debate frente às empresas privadas através dos seus consórcios. O IPK demonstra que o custo de operação da Carris, diferente do que o prefeito está falando, é inferior aos das outras empresas, porque o IPK é o principal índice de averiguação da qualidade da empresa e da sustentabilidade, e a Carris tem o IPK maior do que as outras empresas, o que demonstra que ela é mais eficiente e o custo dela é menor. Trouxe um exemplo dos três últimos anos. Em 2019, tivemos um bom e belo incremento de IPK em todos os consórcios, ou seja, o número de passageiros aumentou. A Carris teve, no ano de 2019, um IPK de 1,98; o consórcio Viva Mais, de 1,47; o Conorte, de 1,68; o Via Leste, de 1,67; o Mais Leste, de 1,59; já o IPK da cidade, de 1,63. A Carris transportou 4.690.000 passageiros, superior a qualquer outro consórcio. Mais uma vez o segundo colocado, o Conorte, transportou 3.800.000 passageiros. O fenômeno do IPK se deu à redução de quilometragem. O IPK de 2020: a Carris, de 1,90; o Conorte, de 1,60; o Viva Sul, de 1,41; o Via Leste, de 1,61; o Mais Leste, de 1,56. Agora, traduzindo em números, a Carris transportou, no ano de 2020, 52 milhões de passageiros, e o Viva Sul, 37 milhões de passageiros. O IPK de 2021: a Carris, de 1,93; o Via Leste, de 1,63; o Viva Sul, de 1,34; o Conorte, de 1,62; o Mais Leste, de 1,58. O IPK da Carris sempre foi superior, e os PMM, período médio, se equiparam, inclusive com a Carris rodando menos que os outros consórcios. Um dado importante é que a Carris sozinha tem 22% do mercado, enquanto os outros 78% se dividem por quatro consórcios, dando uma média de 19,5%. Ou seja, é encarada a importância da Carris para o sistema e os motivos de quererem privatizá-la, pois hoje a Carris é concorrente direta nisso. Nesta breve pesquisa retirada de dados oficiais utilizados para o cálculo da tarifa do transporte de Porto Alegre que foram extraídos do site da EPTC conclui-se que a Carris sempre foi mais eficiente ao transportar o porto-alegrense, assim como tem os melhores índices de desempenho, desmistificando as falácias de que a Carris é deficitária; os dados comprovam, e contra dados não existem argumentos. Os números falam por si só. Senhores vereadores e senhoras vereadoras, o que deveríamos realmente estar debatendo, ao que parece, salvo melhor juízo, seria a estatização total do serviço de transporte desta cidade, pois a Carris é mais eficiente, isso é notório, os dados demonstram isso, fato que levou as empresas particulares a se mobilizarem em consórcios e se organizarem para enfrentar a qualidade da Companhia Carris Porto-alegrense ao prestar esse serviço público tão importante ao cidadão de Porto Alegre. Não podemos deixar de mencionar que não resta dúvida e que não existem argumentos contrários para comprovar que a Carris é, sempre foi e sempre será a balizadora do sistema de transporte de Porto Alegre em termos de qualidade e de manter a modicidade das tarifas, e isso, sim, é subsidiar a tarifa através de seu desempenho. Tudo isso pode ser constatado através de uma auditoria externa independente que faça os levantamentos

e traga os dados para debate junto à cidade, agora. Não podemos nos calar diante da tentativa de ferir a imagem da Companhia Carris Porto-alegrense ao falarem que ela é deficitária e que ela traz prejuízo para o povo de Porto Alegre. É o contrário, realmente a Carris não visa lucro financeiro porque seu lucro é o bom atendimento ao cidadão desta cidade através dos seus serviços, o que ela vem prestando muito bem desde o tempo do Império. Portanto, peço aos senhores e senhoras que reflitam a importância desta empresa para a cidade e para a população de Porto Alegre, e não existem justificativas para que nenhum gestor do Município queira se desfazer de uma empresa, pois não se concretizou nenhum projeto que viabilize a qualidade do transporte na cidade mesmo ele sendo privado. Peço aos senhores e senhoras que foram eleitos com o voto do povo de Porto Alegre que reflitam antes de votar para extinguir a empresa que é deste mesmo povo, e que num período onde mais precisaram, onde as empresas privadas abandonaram 22 bairros e deixaram de atender o transporte após as 19h, sob a justificativa de não estar tendo lucro, foi essa empresa valorosa que estava lá atendendo a população para não ficar desassistida. Então, um viva à Carris, viva aos profissionais que diariamente levam esse serviço tão essencial ao povo porto-alegrense. Muito obrigada pela oportunidade de poder trazer o verdadeiro sentimento de ser e fazer parte da família carrisiense.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadores, é muito importante que a gente já deixe aqui consignado que a Carris não será vendida, e que dentro da Câmara de Vereadores, nós faremos o combate que deve ser feito. O prefeito Sebastião Melo não tem o direito de destruir uma empresa centenária, que tantos serviços prestou para a nossa capital e para a população de Porto Alegre. E o pior, sem qualquer tipo de interesse na melhoria do transporte público. Sebastião Melo, simplesmente, quer entregar o patrimônio da Carris de forma barata, de forma desrespeitosa com essa empresa. E se esta Câmara de Vereadores tem realmente compromisso com a cidade de Porto Alegre, não vai aprovar esse projeto que está sendo enviado a esta Casa. Não aprovaremos o projeto do prefeito Sebastião Melo, e a Carris seguirá pública, seguirá prestando esse serviço extremamente essencial para a nossa cidade e seguirá sendo o exemplo para todo o Brasil. Viva a Carris, viva todos os servidores e servidoras dessa grande empresa. Nosso grande abraço, seguimos na luta.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu quero cumprimentar a Rosângela Machado, lutadora, guerreira, cobradora, batalhadora, conhecido de todos nós por sua luta, e na pessoa dela, os servidores e servidoras da Carris, e dizer, Presidente - acho que foi muito feliz o Ver. Leonel Radde -, que nós vamos lutar muito, muito mesmo, para que essa empresa sesquicentenária não seja destruída. Uma empresa que vem lá do tempo do cavalo, do burrico, e que sempre prestou um serviço extraordinário à população. Nós vamos lutar muito por ela. Nós sabemos quais são as intenções do prefeito, que não eram, antigamente, suas intenções, quando ele era vereador não pensava assim, mas são as intenções que ele tem, o grupo de governo tem, de vender a Carris para a iniciativa privada, o que seria trágico para a população – e será se for feito. E eu quero mostrar e dizer para a Rosângela que ela transmita aos seus colegas, os trabalhadores, as trabalhadoras da Carris, a nossa disposição de luta, de enfrentamento, porque nós prezamos a história, o presente e o futuro da Carris em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em função da Licença para Tratar de Interesses Particulares da Ver<sup>a</sup>. Bruna Rodrigues, a Mesa declara empossado o Ver. Giovanni e Coletivo, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul - CEFOR.

O Ver. Giovanni e Coletivo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR GIOVANI e COLETIVO (PCdoB):** Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely – Rosângela, ao te cumprimentar, cumprimento o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras da Carris, presentes aqui nesta Casa hoje, mas que cotidianamente constroem essa empresa pública fundamental para todos os porto-alegrenses. Quando nós pensamos nos 149 anos de história dessa empresa, quase 150 anos de história, eu acho que o que cabe aos vereadores e vereadoras desta Casa, mas também ao prefeito Sebastião Melo é, inclusive, uma dose de humildade. Essa é uma empresa que tem mais história do que o partido dos vereadores e vereadoras presentes aqui hoje. Uma história superior aos mandatos de prefeitos e prefeitas que já passaram por esta cidade. Quando nós pensamos nos quase 150 anos de história dessa empresa, nós sabemos que ela é uma empresa premiada ao longo da sua história por já ter sido a melhor empresa de transporte público deste País; uma empresa premiada por uma das melhores gestões públicas deste país. Quando são apontados problemas contábeis nas contas da Carris, a Prefeitura aponta como solução, como caminho, a privatização; na verdade, o que a Prefeitura faz é assinar um atestado de incompetência na resolução dos problemas que a própria Prefeitura de Porto Alegre colocou, perante a empresa, nos últimos anos. Nós estamos aqui, a bancada do PCdoB, uma parceira da luta em defesa da Carris, em defesa do transporte público desta cidade. Inclusive, nos entristece que, logo pelas primeiras horas do dia, tenha se anunciado mais um pacote



que busca retirar as isenções de estudantes e jovens da nossa cidade. A Bancada do PCdoB segue firme na luta em defesa da Carris, em defesa do transporte público da nossa cidade. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Saudar a presença dos trabalhadores da Carris, que vieram nos trazer informação, porque esta Casa não sabe o que vai votar. É muito importante a gente colocar aqui os dados que nós estamos levantando, enquanto movimento contra a privatização. É justamente para tentar conscientizar os vereadores que estão nesta Casa em relação a esses projetos, que novamente vão postergar o debate essencial da natureza da gestão do transporte, que é privado, que é fraudulento e que é ilegal. E a gente tem que romper o silenciamento em torno dessas três questões: da ilegalidade, da irregularidade e das fraudes, previstas lá na auditoria que foi contratada pelo Município. Então, para nós, não existe essa de votar projeto para retirar cobrador e meio passe estudantil, a gente tem que resolver o problema da natureza do transporte, da gestão que ainda hoje é feita pela máfia da Associação dos Transportadores de Passageiros - ATP, existe lá a previsão de receitas extra tarifárias; existe lá a previsão de metas de qualidade a ser cumpridas; existe um acordo, contratos que nunca foram cumpridos pelos empresários de ônibus. Como assim, repactuar? Como assim, voltar a discutir, sendo que as empresas não tiveram nenhum tipo de sanção ao longo desses quase 10 anos de irregularidades? Seis anos de edital sendo descumprido, e mais de 10 anos com essa máfia gerindo os transportes, para pagar restaurante caro, lavanderia, multa de trânsito, as contas da empresa. Quem está pagando isso é a população mais pobre; neste momento de pandemia, quem garantiu o direito constitucional a transporte foi a Carris. A Carris assumiu 19 linhas, e o povo porto-alegrense é agradecido à Carris por isso, porque transporte não tem que dar lucro, transporte não é para pagar privilégio de empresário de ônibus como acontece há mais de 30 anos nesta cidade. A gente tem que dar um basta a tudo isso que está acontecendo. Saúdo novamente esta Tribuna Popular; contem como nosso mandato, contem como Coletivo Alicerce para a gente seguir nesta campanha, para atentar a população em relação aos escândalos que estão acontecendo na nossa cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradecemos as presenças da Sra. Rosângela Machado, do Sr. Marcelo Weber Rosa, representante da Associação dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Passageiros de Porto Alegre – Attropa, e do Sérgio Vieira, representando a Rádio Aura. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h27min.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h30min:** Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, vereadoras, no dia de hoje, na página 14 do jornal Correio do Povo, que circula pelo nosso Estado, a partir da capital, nos mostra um dado alarmante. O dado de que o Brasil chega, agora, à pior liderança que poderia chegar no mundo, que é o número de mortos por milhão de habitantes. O Brasil agora é o primeiro lugar em número de mortes pela Covid-19 por milhão de habitantes. Essa é uma marca trágica, absolutamente trágica, e, no mínimo, ninguém pode discordar disso. Como ninguém discorda que os mais de meio milhão, que só cresce, tivemos já 515 mil mortos por essa doença terrível, mas que tem vacina, para a qual há cuidados, que não foram tomados, e o Brasil convive com essa desgraça sanitária, no mesmo medo em que vê o seu presidente da República passeando, sorridente, sem máscara, de moto, carregando uns outros tantos motociclistas em uma espécie de ato de comemoração, de festejo, de algo que não se entende, porque não é possível que a autoridade maior do país não tenha o menor nível de sensibilidade para ver que o país está entrando num buraco sem fundo, cada vez mais. E faz essa junção de motocicletas de comemoração, de sorrisos, de risadas, de abraços sem máscara – sem máscara! Um verdadeiro acinte a quem morreu e aos familiares que ficaram pranteando o seu ente querido que perderam. Para todos nós, isso é de uma agressão muito profunda, muito profunda. Um tempo, Presidente, que não será esquecido. Eu sei que as pessoas começam a abandonar esse barco, percebo nas de boa-fé. Haverá um tempo, que será o ano que vem, que até as que não são de boa-fé vão abandonar esse barco, porque ele está naufragando cada vez mais. Já se verificam, as provas, as evidências de que o desmatamento tinha motivação financeira na Amazônia, de que a própria comissão para comprar vacinas também tinha motivação financeira para ganhar mais dinheiro, comprando as vacinas mais caras. Na verdade, tudo isso que está acontecendo precisa ficar bem registrado, porque, como eu disse, haverá um tempo em que as coisas não serão assim, e se aproxima cada vez mais, cada vez mais perto. Eu sei, porque vivi o período da ditadura militar, brutal no Brasil, nos anos 1980 e 1990; Presidente Márcio Bins Ely, as pessoas têm vergonha de um dia ter apoiado a ditadura militar, as que assim o fizeram. Hoje surgem apoiadores que sequer a conheceram, sequer a estudaram, não estudaram, é certo. O Presidente Jair Bolsonaro, genocida, que comemora não sei o que pelas ruas do País, de motocicleta, tem seguidores, tem apoiadores, pessoas que se identificam com o Presidente Bolsonaro; umas dizem isso, outras não dizem, muitas colocam isso com muita veemência até, mas é importante que saibam que tudo fica registrado, a história marca e cobra, e cobra, e eu sei, eu conheço, eu já vi isso, pessoas que hoje apoiam o Bolsonaro daqui a dois ou três anos vão dizer: “Não, meu apoio era mais ou menos, eu estava enganado”. Não se enganem! Trata-se

de um genocida, cruel, que sorri e festeja em cima de uma situação que daria vergonha em qualquer governante do mundo e em qualquer época da história. Este é momento em que o Brasil vive, Presidente, e é neste momento que nós devemos, sim, assumir claramente nossas posições, lutar muito pelo “fora Bolsonaro”, mostrar o que está acontecendo e a situação do País que nós estamos vivendo, e fazer a nossa parte na história. Nós queremos ser lembrados como quem, neste momento trágico, sabia o que fazer. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste; a hipocrisia está chegando num nível fora do controle, existem grupos pregando a ideologia de gênero e desrespeitando as famílias brasileiras – jogando para a torcida, o Burger King, uma multinacional, hoje controlada por brasileiros, rodou um comercial sobre ideologia de gênero, e usou crianças na peça publicitária, para agradar um público específico e desrespeitou famílias cristãs e conservadores, para agradar o movimento LGBT e se intitular politicamente correta. Duvido que a empresa brasileira rode esse comercial no exterior; duvido. As crianças foram expostas e induzidas numa fase da vida que sequer sabem o que é ser homem ou mulher – claro, autorizadas pelos pais. E as crianças que assistem a um comercial desses? Educar para respeitar os homossexuais é importantíssimo, mas isso deve acontecer no momento e no lugar corretos, com os pais ou até com um profissional, como um psicólogo, e não num comercial hipócrita de uma marca de lanches.

Os pais são as autoridades sobre a criança; eles são as referências para os filhos, são eles os responsáveis pela educação. O comercial vai na contramão disso tudo e mostra que crianças estão no comando e devem ensinar aos pais sobre família e gênero. É uma inversão total de valores.

Não podemos nos calar diante disso. O Estatuto da Criança e do Adolescente existe para proteger os nossos filhos, e precisamos usar esse mesmo Estatuto contra um comercial hipócrita como esse. Reparem na sutileza da mensagem final do comercial: “se eles conseguem, você também consegue”. Eu me pergunto: consegue o quê? Eu respondo por mim: eu consigo, sim, respeitar todas as pessoas, independentemente da sua opção sexual, nem por isso preciso fazer propaganda com crianças que supostamente queiram atingir esse objetivo. Faço um apelo ao Burger King: não comprem crianças e pais para fazer esse tipo de comercial. Sabemos o quanto se gasta para fazer essa sacanagem! Respeitem os brasileiros, respeitem as nossas crianças, deixem essas crianças crescerem, se tornarem adultas e formarem a própria opinião. Crianças têm que brincar! Não as induzam a falar o que não sabem, por causa de dinheiro.

Essa minha indignação não é só da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, é de uma mãe de três filhos: quem lacra, não lucra! Para mim, Burger King, nunca mais, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereador Ton Falcão (PT):** Só para começar, Ver.<sup>a</sup> Nádia, cara colega: não é uma opção. E que fique claro aqui, para todo mundo, e que fique claro que desde criança ninguém precisou me ensinar a ser nada, assim como espero que não tenham ensinado para a senhora ou para qualquer outra pessoa nesta Casa a ser heterossexual. Não é uma questão. Por causa de pessoas iguais à senhora que pessoas iguais a mim precisam estar aqui, hoje, defendendo os meus. Preciso só registrar: não é uma opção sexual, isso é preconceito, isso é LGBTfobia. Todo mundo está cansado de saber: não é opção!

**Vereadora Natasha Ferreira (PSOL):** Fico perplexa com a audácia da Ver.<sup>a</sup> Nádia de, no Dia Internacional do Orgulho LGBT, no País que mais mata pessoas travestis e transexuais, que não tem política para as crianças LGBTs, a vereadora falar do Burger King! Acho que explicar o amor, vereadora, deve ser mais fácil do que explicar corpos de travestis mortos, como foi o caso de uma travesti, no Recife, que teve 40% do seu corpo queimado, vereadora, e a senhora não falou uma vírgula sobre a morte de ninguém. Você fala sobre uma propaganda, que as famílias tradicionais estão sendo atacadas. A família tradicional é um ambiente onde as meninas são mais atacadas sexualmente, a família tradicional é uma instituição que vale para a sociedade privada e que não tem correlação com a sexualidade. Existe orientação, não existe opção; existe orientação sexual! Você precisa, vereadora, estudar a sociedade antes de vir aqui, para além de mentir, falar coisas que você não sabe. O movimento LGBT, diferentemente de você, teve que lutar para ter os seus direitos. Nós não queremos nada na mão, mas não vamos mentir e não vão falar sobre nós aqui na Casa do Povo.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Senhoras e senhores, boa tarde a todos; quero mandar um abraço muito especial para os meus colegas vereadores e para quem está em casa. Quero falar para vocês sobre um tema muito importante, extremamente atual, e tem que ter coragem de falar sobre este assunto – mesmo que alguns não gostem, temos que falar. Quero mandar um abraço e parabenizar a polícia que, após 20 dias, 200 policiais conseguiram, até que enfim, encontrar o *serial killer* Lázaro. Ele assassinou, estuprou e assaltou diversas famílias no centro do País; esse marginal, esse bandido, esse psicopata do Lázaro, que aterrorizou o nosso País por diversos dias. Infelizmente, a Defensoria Pública do centro do País e parte da Ordem dos Advogados já estavam tomando medidas de precaução com relação ao Lázaro, já estavam separando uma cela especial, um tratamento diferenciado para aquele que

ceifou diversas vidas do nosso País. Quantas famílias ele destruiu, quantas pessoas ele estuprou, quantas vidas ele tirou? Lázaro, o inimigo número um do nosso País! Quero mandar um abraço muito especial e parabenizar esses policiais que, por mais de 20 dias, fizeram um trabalho no centro do País e conseguiram achar o Lázaro. Ele trocou tiros com a polícia, e esse foi o destino que ele escolheu. Esse é o recado para quem escolhe o mundo do crime: são dois destinos: a morte ou a prisão. Quero reforçar aqui que os nossos jovens procurem o caminho do trabalho, o caminho do estudo, não o caminho do crime. Nós temos que ajudar as nossas crianças, os nossos jovens a estudar. Por exemplo, dia 30 vão abrir as inscrições para o ENEM; vão se inscrever no ENEM, buscar estudo, buscar trabalho, abrir microempresas, fazer concurso público, se qualificar, se preparar! Nós temos que ensinar a pescar, não dar o peixe; nós temos que ensinar a fazer o pão, não somente dar o pão. A gente faz um trabalho social, um trabalho de desenvolvimento, e temos que ajudar e pensar nos nossos jovens. Quero que fique essa reflexão para os nossos colegas vereadores e para quem mora em Porto Alegre. Eu tenho duas filhas, uma de seis meses e uma de onze anos: eu as ensino a lavar a louça, a arrumar a casa, tem horário para estudar, para brincar, para ver televisão. Nós temos que proteger as nossas crianças para que, no futuro, não virem bandidos, não virem marginais.

Parabéns à polícia que fez um excelente trabalho em relação a esse *serial killer*, talvez um dos mais conhecidos do Brasil, e quero me solidarizar com as famílias que sofreram, vítimas desse marginal. Lugar de marginal ou é no cemitério, ou é na cadeia!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Mesa registra que a Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira, o Ver. Giovani e Coletivo, a Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, o Ver. Leonel Radde e o Ver. Pedro Ruas protocolaram requerimento de plenário, solicitando que a Casa autorize a realização de uma transmissão ao vivo, nas redes sociais da Câmara Municipal, em referência ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, celebrado nesta segunda-feira, 28 de junho. Gostaria de dizer que a nossa sessão está sendo transmitida ao vivo pelo canal 16 da Net, pelo canal 11.3 da TV aberta e pela internet, no canal do YouTube da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PSOL):** Boa tarde, Presidente; boa tarde Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; em especial hoje, no Dia do Orgulho LGBT, quero saudar essa bancada linda, de pessoas LGBTs, muito bem assumidas e muito bem resolvidas para discutir a cidade de Porto Alegre; uma saudação especial à vereadora titular, Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, do PCdoB, à Ver.<sup>a</sup> Andrea, do Solidariedade, ao Ver. Giovani, do PCdoB, ao Ton Falcão, do PT. Quero dizer que nós, do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, nos somamos às vozes que, neste momento do

bolsonarismo, em que ele é denunciado por corrupção, há essa fala da Ver.<sup>a</sup> Nádia, porque ela não pode falar do Presidente dela! Ela não pode defender a gestão nacional, porque eles estão envolvidos em corrupção. Não dão vacina, cortam gasto em saúde, cortam gasto em educação, tiram dinheiro da cultura, tiram dinheiro do funcionalismo. É por isso que eles vêm aqui, no Dia do Orgulho LGBT, falar que uma propaganda do Burger King ou que uma propaganda sei lá de que empresa influencia a sexualidade das crianças. Ora, a vereadora deveria saber, assim como os outros vereadores desta direita aqui, que o que impregna o ódio na sociedade são famílias preconceituosas que mandam os seus filhos embora com 12, 13 anos de idade; são famílias que criam os filhos mostrando arma, mas não mostram para os filhos uma educação humanizada, uma educação de respeito social. São essas famílias que eles ainda querem, assim como aquele vereador lá fica fazendo gesto de arma... Eu quero saber até quando nós vamos suportar, em um regime democrático, que as pessoas aqui dentro sejam tratadas como se fossem cidadãs e cidadãos de segunda classe; até quando as LGBTs vão ser tratadas assim, neste País – as travestis, quando morrem, não têm nem o direito de serem enterradas com os seus nomes. O Brasil não é somente o País que mais mata, não é somente o País que mais afronta as LGBTs, é o País que mais ameaça, é o País que faz discurso de ódio. Eu fiz um BO – eu fiz um BO! –, vereadoras e vereadores, porque, desde que saiu a notícia de que eu seria empossada nesta Casa, o discurso de ódio pegou nas redes. Começaram a falar que as LGBTs eram doentes mentais, falaram que eu não sou uma vereadora, que eu seria sempre um homem, um vereador, desrespeitando a minha transição, desrespeitando a Lei de Identidade de Gênero, desrespeitando o País, que não é bem resolvido com as suas feridas – como as feridas da escravidão e da ditadura militar, como a ferida de um País que mata as LGBTs.

Até quando esta Nação vai ser ajoelhar para o conservadorismo, para os militares, para setores que, literalmente, arrombaram as contas públicas do País? Não tem política pública para nós hoje, não é porque não tem dinheiro, é porque tem gente lucrando em cima do esforço de todos os trabalhadores aqui. E são essas grandes empresas – que, inclusive, a Nádia defende – que elegem boa parte de quem está sentado aqui dentro. Tornaram-se corporativistas, não defendem o Estado, não defendem a cidade e, conseqüentemente, não vão defender negras e negros, não vão defender LGBTs e não vão defender os direitos das mulheres, porque, para eles, isso é política identitária, e política identitária é da esquerda, portanto, eles não vão dialogar.

Nós não seremos somente resistência, nós não seremos somente um grito de liberdade em meio ao bolsonarismo, nós seremos o terror do Bolsonaro até o fim desta gestão, nós seremos o terror do Sebastião Melo em Porto Alegre, nós seremos o terror do Eduardo Leite no Estado, porque não adianta – não adianta! –, nós somos um oceano, e oceano não cabe nas represas conservadoras em que vocês tentam nos colocar. Não há ideologia de gênero, como disse a Comandante aqui; a ideologia é dela, que diz que rosa é de menina e que azul é de menino; que diz que os brinquedos têm gênero; que diz que na escola meninos e meninas não podem ficar no mesmo espaço. Essa ideologia é atrasada, ela vai ser vencida, vai ser superada, e eles ficarão naquelas páginas tristes da história, mas eles ficarão lá, não vão triunfar sobre nós, não vão

ganhar. A bandeira colorida, a bandeira do orgulho LGBT, a bandeira das liberdades coletivas, das liberdades do nosso povo estarão sempre à frente dos discursos de ódio.

Eu, sinceramente, tenho muito orgulho de ser uma mulher travesti, socialista, de esquerda, que defende um País desenvolvido e um País sem ódio. E, se querem debater ideologia de gênero, eu estou aqui; aliás, tem uma bancada hoje aqui, aproveitem e falem sobre a ideologia; tragam a ideologia de gênero para o debate, aproveitem que as LGBTs estão aqui e não se acovardem nos seus gabinetes, porque no ano que vem tem eleição, e a gente sabe qual é o interesse de cada um e de cada uma aqui dentro. O nosso interesse é por liberdade. Muito obrigada, Presidente, devolvo a palavra à Mesa.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. **Giovani e Coletivo** está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR GIOVANI e COLETIVO (PCdoB):** Mais uma vez, cumprimento o Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; o conjunto dos vereadores e vereadoras desta Casa. Daiana, hoje, quando eu vinha para cá, eu vinha bastante feliz; nós sabemos bem que hoje é o dia internacional do nosso orgulho, orgulho da população LGBTQIA+. Chegar hoje aqui nesta Casa, subir a esta tribuna significa muitas coisas, significa inclusive vitórias individuais e coletivas que nós construímos. A Natasha falava aqui antes de mim; tenho certeza de que para ela não é diferente. Chegar a esta tribuna é uma vitória individual, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, porque nós crescemos convivendo com o medo da exclusão, da rejeição, da violência, da não aceitação da nossa existência, dos nossos corpos. Eu sou *gay*, eu sou veado desde criança, tenho dois pais héteros, cis, eles não me ensinaram a ser veado, essa é a minha existência. Estar aqui é uma vitória individual nesse sentido, por ter, com muita coragem, me assumido como um homem *gay* e hoje ter a oportunidade de representar nesta tribuna e nesta Casa Legislativa, junto com esta bancada linda de vereadores e vereadoras LGBTs que temos no dia de hoje, Natasha, aqueles que são calados. A vereadora que falou aqui nesta tribuna é a mesma, Ton Falcão, que, na segunda sessão em eu estive aqui, disse que as representações das minorias que aqui chegam – e nós negamos esse lugar de minoria – fazem uma representação medíocre. A nossa coragem demonstra o que significa a nossa representação neste lugar.

A vereadora não se incomoda com as propagandas de publicidade que promovem ou incentivam o consumo de bebidas alcoólicas; mas ela se incomoda com as propagandas de publicidade que propagam o amor. A vereadora falava de uma mensagem subliminar que, eventualmente, teria ao final da peça publicitária que diria algo semelhante a: se nós podemos, vocês podem. O que a nossa bancada LGBT, presente no dia de hoje aqui, no Dia Internacional do Orgulho LGBT, diz é: se nós podemos estar aqui, todo e qualquer LGBT pode estar em qualquer lugar. É esse o recado que nós queremos dar aqui no dia de hoje. Esse é o nosso recado! Nós estamos

aqui porque nós não aceitamos seguir sendo o País do mundo que concentra metade dos assassinatos de LGBTs deste planeta – deste planeta! –, porque nós não aceitamos, vereadora, que as jovens LGBTs tenham cinco vezes mais chances de suicídio do que jovens héteros e cis. Isso é porque a nossa presença não é naturalizada, não é naturalizada em espaços como este, tampouco nas peças publicitárias.

Hoje eu não quero mais me dirigir à vereadora que aqui falou absurdos; eu quero, em especial, dizer que estamos aqui, Daia, porque acreditamos que é possível construir uma sociedade com educação emancipadora que promova o respeito na diversidade, que é uma das riquezas do nosso povo brasileiro. Nós estamos aqui porque o que nós queremos é igualdade, e não privilégios, como eles tentam dizer sobre nós. Nós estamos hoje aqui na Câmara – o meu tempo deve estar acabando, Presidente –, mas nós estaremos no próximo sábado, dia 3, nas ruas de Porto Alegre e de todo o Brasil, porque nós somos também linha de frente contra este governo genocida, incompetente, que a cada dia mais se demonstra corrupto, que é aqui defendido por vereadores e vereadoras, como a própria Comandante Nádia. Se não bastasse um Presidente que negou a vacina, que negou a gravidade da pandemia, hoje fica cada vez mais nítido que é um Presidente que faz parte de escândalos de corrupção, que faz com que o nosso País pague mil por cento a mais na compra de uma vacina indiana. Essa gente aqui, para não encarar os reais debates que nós precisamos fazer, tenta nos atacar, mas eu quero dizer que quem não se calará somos nós. A vereadora se sentiu atingida por uma propaganda que compartilha o amor e disse que não se calaria; mas quem não se calará seremos todos e todas nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, venho até esta tribuna, em nome do PT, para comemorar, comemorar os irmãos Miranda – um deles servidor público com estabilidade. Graças à estabilidade, o maior escândalo de corrupção deste governo foi revelado, o governo Bolsonaro. O maior escândalo: ganhar dinheiro com a morte, faturar dinheiro com a Covid-19, encher os bolsos com a tristeza de mais de 500 mil mortos. É isso o que os corruptos fazem. Graças a um servidor público, o Brasil poderá se reencontrar com a sua história de verdade, de democracia, de inclusão, de pluralidade, de respeito, que hoje está um pouco escondida, que hoje está amordaçada, porque eles são contra a riqueza do povo brasileiro, que é a sua própria diversidade. Por isso, meu colega Ton Falcão, homem *gay* que, neste dia, assume a vereança em Porto Alegre, o nosso partido lutou e luta pela diversidade, pela garantia do respeito aos LGBTs via políticas públicas. Nós conversávamos anteriormente e recordávamos: o conselho nacional contra a discriminação e a LGBTfobia, criado pelo



PT – Lula e Dilma –, foi dissolvido por Bolsonaro; a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, PT que fez, destruída pelo Bolsonaro; a lei que concedeu *status* de crime à LGBTfobia, PT quem criou. E é por isso que eu, como vereador aqui em Porto Alegre, criei a frente parlamentar, como professor, em defesa da escola pública, democrática, plural e cidadã, para que não caíam a voz das crianças e dos adolescentes, para que não caíam a diversidade e a riqueza deste povo, para que não amordacem esses que têm que ter, sim, o seu direito à humanidade. E aí, Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu lembro da Hannah Arendt, que falava: o que é o amor, o que é o amor se não aquilo que a gente enxerga no outro, o sentimento de estar junto, de respeitar e de construir um mundo diferente? A filosofia nos ensina a respeitar as pessoas.

Agora, aqueles que se imbuem do ódio, esses não merecem nem ser nomeados; por isso, não nomeio aqui quem usa a tribuna para atacar o povo brasileiro, quem usa a tribuna para negar a verdade às crianças, aos adolescentes. Eles devem ver, sim, a verdade; a verdade é que a sociedade é diversa, é heterogênea, que cada um deve ter o seu lugar ao mundo garantido, que por ser diferente não deve ser assassinado. Nós não devemos julgar como natural que a opção de gênero, a opção sexual deva ser execrada; nós devemos abraçar essas pessoas que, como nós, trabalhadoras e trabalhadores, estão na luta e são desrespeitados, são discriminados na busca por um emprego, são discriminados dentro de instituições escolares, são discriminados ao caminhar pelas ruas, são discriminados porque tem seres humanos ainda, Mirgon, que não construíram a sua humanidade, que não construíram a sua caminhada neste mundo. São pessoas que eu não nomeio, simplesmente eu mando que elas engulam as suas palavras de ódio e as digiram da forma que lhes convier, porque são pessoas carregadas de vulgaridade – pessoas que não respeitam a diversidade são vulgares em essência –, são indignas de serem nomeadas. A lata de lixo da história está guardada para elas, para estas pessoas. Eu queria dizer aqui também, que nós, como PT, não nos calaremos em Porto Alegre, para este governo que quer abraçar os empresários do transporte, ao invés de abraçar o usuário do transporte rodoviário. Este governo que quer continuar concedendo isenções e quer acabar com o passe estudantil - uma conquista histórica. Eu, como professor, lutarei, junto a milhares de estudantes dessa cidade, milhares de trabalhadores! Cerraremos fileiras, Sebastião Melo, porque o transporte deve ser público e da cidadania, não deve ser de uma minoria, que financia campanhas e que depois busca privilégios aqui nesta Casa! Esta Casa não vai se curvar, e o Partido dos Trabalhadores também não se curvará! Viva o Dia Internacional do Orgulho LGBT! Viva a todas e todos que não se calam e continuam caminhando contra o fascismo, contra esses que cultuam o ódio, ao invés do amor! Viva o amor, o amor de todos e de todas!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Obrigada, Presidente. Quero lembrar aos jovens, hipócritas, desta Casa, que no dia 15 de dezembro de 2015, a insatisfação dos LGBTs contra o governo petista do vereador Jonas. Nesta data, na abertura da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em Brasília, militantes vaiaram e fizeram coro contra a presidente Dilma Rousseff, que foi representada no encontro pelos ministros Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República; Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos e Luiza Bairros, da Igualdade Racial. Logo após a apresentação das autoridades, militantes começaram, dizendo: Dilma, que papelão! Não se governa com religião. Ou seja, queridos! O PT faz de conta que representa grupos LGBTs, mas na prática, não representa nada! Abram o olho.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra.

**Vereadora Daiana Santos (PCdoB):** Só a título de esclarecimento. Se isso realmente aconteceu, eu quero que fique bem objetivo aqui, que independente do campo, seja de direita ou de esquerda, dos extremos, a centralidade, quando a gente fala de LGBTQIA+ é a vida, são os direitos, são as desigualdades que vêm acentuando os indicadores de morte do nosso povo, da nossa população, inclusive a população que fala de mim. Essa não é só uma sigla e esse não é só um dia simbólico, este é um dia que demarca a resistência e a luta de pessoas que não conseguem ter o básico. E o que a gente está falando aqui é de um parcela significativa da sociedade porto-alegrense, que merece respeito.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Andrea da Matta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA ANDREA DA MATTA (SD):** Triste, muito triste! Hoje, em pleno Dia do Orgulho LGBTQIA+, ouvir essas barbaridades, vinda de uma pessoa esclarecida, é inadmissível. Realmente, quem não sofre e não vive o preconceito, não sabe o que diz. Precisamos, sim, educar nossas crianças com amor dentro do coração e menos ódio. Eu repudio essa cena de ódio que eu vivi aqui, nesse momento tão magnífico e histórico para nossa Câmara de Vereadores. Não tenho mais nada a dizer.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Vamos agora apregoar uma representação de viagem.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo representação externa de autoria do Ver. Mauro Zacher, processo SEI nº 042.00036/2021-94, que solicita representar esta Casa no evento: "Reunião na

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para discussão de políticas públicas de prevenção da violência escolar e debate do projeto Previne - protocolo de prevenção à violência nas escolas”, nos dias 28 e 29 de Junho de 2021.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, diretor. Voltamos agora ao período de Comunicações.

A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde, a todos e todas, eu subo a esta tribuna, no período de Comunicações, para novamente debater um tema que, do nosso ponto de vista, é um dos principais problemas hoje que o povo porto-alegrense enfrenta na cidade de Porto Alegre, que é a péssima qualidade do transporte. O governo Melo anunciou hoje, novamente, o mesmo pacote do Marchezan, pacote que foi derrotado na zona de Porto Alegre: retirar o cobrador, atacar o meio-passe estudantil, criando uma burocracia para o pobre ter que provar que é pobre, e a gente sabe o impacto que isso tem, visto os estudantes que foram retirados da UFRGS por causa exatamente nessa mesma burocracia do governo Melo quer instaurar na nossa cidade, para garantir aquilo que é direito. Os vereadores da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, assim como parte da população, têm muita dificuldade de entender o que é direito; para as pessoas conseguirem trabalhar, para as pessoas conseguirem trabalhar, acessar os espaços públicos de lazer, os equipamentos públicos, acessar a cidade, tem que ser garantido o que é direito, que é o transporte, que é um direito constitucional. Transporte não é para dar lucro! Transporte tem que ser, sim, subsidiado! Transporte é um direito! E hoje, na lógica com que os governos vêm pautando, Marchezan, e agora Melo, que assume todo esse legado negativo de falta de transparência, de quebra de contratos, de falta de controle público, de negligência, de omissão. É esse o legado que o Marchezan deixou na cidade de Porto Alegre, na pauta do transporte: tricar, trilotado, tridemorado, tricontaminado; e na pandemia, piorou; não é o problema da pandemia, a crise do transporte. É um oportunismo dizer que o transporte está em crise por causa da pandemia; é um oportunismo dizer que o transporte público coletivo está do jeito que está por causa da concorrência com os aplicativos, no momento também em que essa Câmara não movimenta uma palha sequer para regulamentar os aplicativos. O NOVO, inclusive, entra na justiça; toda vez que a gente tenta regulamentar esses aplicativos, entra na justiça para dizer que não; tem que deixar livre a concorrência. Desse ponto de vista é óbvio que o transporte vai colapsar, é óbvio que não tem concorrência de uma empresa pública, com o monopólio da ATP, que utiliza do recurso da passagem para pagar restaurante caro, para pagar multa de trânsito, para pagar conta de empresas que não são nem aquelas que circulam em Porto Alegre. A população de Porto Alegre tem que saber, inclusive, passou na Record, numa manhã, essas notas que eu estou denunciando aqui, logo depois saiu; ninguém fala mais nisso. A EPTC tem a cara de pau de justificar que mesmo somando todas essas fraudes, isso não legitima o gasto que é feito para a manutenção do sistema de bilhetagem. Ninguém fala que é fraude! Não, não se legitima; o gasto é muito maior. Então, deixa, deixa gastar com

lavanderia, deixa gastar com insumos de higiene, deixa gastar com UBER dos administradores da ATP. É assim que se faz política pública nessa cidade? O papel do poder público, da Câmara de Vereadores, do Conselho Municipal de Transporte Urbanos, do Ministério Público, Ministério Público de Contas, não é fiscalizar? Não é fazer valer o que está nos contratos? Querem agora discutir uma repactuação. Quem garante que os empresários de ônibus vão seguir os contratos? Se há seis anos não estão seguindo, e não teve nenhuma sanção. As multas não foram cobradas, as multas foram judicializadas. Agora que a gente começou a denunciar, a partir de 2019 começaram a ser publicadas no DOPA as multas das empresas, porque nós subimos nesta tribuna e denunciamos. Então, vamos parar com essa palhaçada de que a gente vai transferir a gestão; estamos organizando isso. Ao mesmo tempo que colocam vários projetos aqui na Casa que atacam direitos da população a transporte. Sem a Carris, nessa pandemia, as pessoas não iam conseguir circular na cidade, meu povo! E vocês querem privatizar a empresa, porque ela não dá lucro - que ela dá prejuízo. Transporte não tem que dar lucro, e se tiver prejuízo, existe subsídio para isso. Subsídio é para garantir direito, não para garantir privilégios de meia dúzia de empresário do ramo, que estava 20 anos sem licitação por serviço, e que nunca respeitaram os contratos. E a Prefeitura, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Transporte Urbano, MP, MPC, todos sabem da ilegalidade que está acontecendo nessa cidade. E hoje o governo Melo tem a cara de pau de anunciar o aumento da passagem novamente. Não podemos aceitar, temos que denunciar; é errado o que está acontecendo. Obrigada, Presidente Mônica. Era esse o nosso recado.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB):** Boa tarde, Presidente, Mônica Leal; boa tarde, vereadores e vereadoras; quero fazer uma saudação especial a esses vereadores que assumem hoje, aqui, na Casa do Povo; boa tarde também a todos que nos assistem na TVCâmara e também nas redes sociais. Todo mundo sabe que a minha maior marca, como vereador de Porto Alegre, é a defesa dos serviços nas comunidades, e graças a esse segmento, hoje estou aqui nesta tribuna representando meus 3.404 eleitores. A cidade hoje é um canteiro de obras, a pavimentação está a todo vapor, e a iluminação pública está sendo constantemente fiscalizada. Ainda temos algumas carências na parte dos patrolamentos, neste momento, devido ao clima instável do inverno gaúcho. A parte do Extremo-Sul é muito prejudicada nesta época por causa das chuvas, porque lá mais de 80% é estrada de chão, não tem pavimentação. Nos últimos dias começou um novo serviço de poda lateral na região do Extremo-Sul. O equipamento utilizado nessa atividade estava em manutenção, foi reformado e colocado de volta aos serviços. Há vários anos o depósito resultante da limpeza de valas permanecia nas vias da capital, e graças ao mutirão na Secretaria Municipal de Serviços

Urbanos, com aval da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a remoção desses resíduos começou a ser executado. O resultado disso foi um avanço no tráfego do Extremo-Sul. Solicito ao nosso diretor que coloque o vídeo para vermos o que aconteceu nesse último fim de semana na nossa região, lá no Extremo-Sul.

(Procede-se à apresentação.)

**VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB):** Quero mostrar ali, Jonas, o que aconteceu no Extremo-Sul de Porto Alegre neste fim de semana depois das chuvas – a gente conhece bastante a região, que carece bastante do poder público. Esta imagem, que está passando ali, isso é da região em torno da Rua Gávea, Ipanema. Isso vem há muitos e muitos anos, qualquer chuva forte deixa aquela comunidade ali toda alagada, a Av. Tramandaí fica nesse estado. A gente tem que fazer um trabalho forte ali para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Tem uma outra imagem que vai passar também, é a Av. Juca Batista nº 6.005, ali na Vila Gauchinho. Há mais de trinta anos, qualquer chuva que dá acaba alagando ali e interrompendo o trânsito dos veículos. A 300 metros da orla de Ipanema, essa imagem tem o arroio Capivara, que todo mundo fala, está bem complicada essa região. Enquanto vocês vão analisando, eu vou falando aqui. A Juca Batista nº 6.005, no leito do arroio do Salso também, qualquer chuva forte que dá naquela região acaba alagando e, na direita, indo do Centro-bairro, tem uma comunidade chamada Vila Gauchinho, local onde residem mais de 500 famílias, e qualquer chuva deixa o pessoal perdendo móveis. É bem complicada a situação, precisamos trabalhar muito forte em cima disso também. Na Parada 21, no Lami, qualquer chuva que dá acaba deixando aquelas comunidades também perdendo tudo que têm: alimentos, móveis. E o que precisamos fazer ali é um estudo do local para tentar melhorar o escoamento daquela região também. Esta semana que passou, a gente protocolou uma frente parlamentar aqui e a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Melhoria da Prestação de Serviços Públicos no Extremo-Sul vai ser na quinta-feira, dia 1º de julho, no Plenário Ana Terra, às 10h30min. Obrigado, Presidente, pelo espaço; conto com o apoio de todos nessa frente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mirgon Kayser está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR MIRGON KAYSER (PT):** Presidente Mônica, senhores vereadores e senhoras vereadoras; eu, primeiro, queria esclarecer uma coisa, o tema da homofobia não é sobre ser de direita ou sobre ser de esquerda; ele é sobre ser humano. Essa é a primeira coisa que nós precisamos colocar com muita clareza. A diferença entre o comportamento padrão da direita e da esquerda nos casos de racismo, de homofobia e de machismo é que, considerando que nós crescemos e fomos educados em sociedades racistas, machistas e homofóbicas, é que obviamente, muitas vezes,

muitos de nós incorrerão em situações que muitas vezes, inclusive, passam despercebidas e em que nos colocamos diante de acontecimentos racistas, machistas ou homofóbicos dentro da esquerda também. A diferença entre a direita e a esquerda nesse caso é que a esquerda procura depurar suas atitudes e nós nos tornarmos pessoas melhores no dia seguinte. É assim que nós combatemos, dentro da esquerda, o machismo, o racismo e a homofobia. Amanhã, eu espero ser menos racista, menos machista e menos homofóbico do que hoje e eu espero que hoje eu seja menos do que fui ontem. Essa é a diferença entre a esquerda e a direita nesses casos, não temos orgulho de quando essas coisas acontecem.

A segunda coisa que eu queria falar sobre o tema, Sra. Presidente, é que ideologia de gênero me parece muito mais correto afirmar sobre as pessoas que colocam dentro de caixinhas: numa caixinha, bola de futebol; na outra caixinha, boneca; numa, o vestido rosa; na outra, a camiseta azul. Isso me parece muito mais ideologia de gênero do que o que vocês chamam de ideologia de gênero. O que nós inclusive fazemos é combater fortemente a ideologia de gênero enraizada na sociedade humana. Nós combatemos a ideologia de gênero, porque nós não aceitamos as caixinhas que nos são impostas. Somos o que somos e podemos ser o que quisermos ser. Essa é a questão.

Eu vou mudar um pouquinho o assunto, eu me senti impelido a falar sobre isso para repor algumas coisas. O que eu queria dizer e lamentar, vou trazer um assunto bastante indigesto aqui, ele é literalmente indigesto. O governo Leite, depois de destruir o Código Ambiental em 2019, está voltando à carga novamente e agora querendo abrir as porteiras dos agrotóxicos não autorizados em países de origem. Agrotóxicos que nos seus países de origem são considerados como veneno, e o governo do Estado quer, a toque de caixa, votar amanhã, em regime de urgência, a aprovação dessa lei que não faz o menor sentido. O Estado tem a Lei nº 7.747, de 1982, que é um marco na proteção ambiental e proíbe que agrotóxicos importados entrem no Estado do Rio Grande do Sul e sejam utilizados aqui sem que eles tenham registro e autorização para utilização no seu país de origem. Por que que sentido faz, se o país de origem não admite o uso daquele agrotóxico, seremos nós a importar, a colocar na mesa dos porto-alegrenses produtos alimentares utilizando isto que chamam de defensivos agrícolas e que não passam de veneno? O uso de agrotóxicos causa males, isso é uma coisa dada. Diminui a qualidade de vida da nossa população, e o uso contínuo acaba nos levando a uma redução da nossa expectativa de vida. Muitas doenças são aceleradas ou causadas pelo uso de agrotóxicos. Não há nenhum sentido em o Estado do Rio Grande do Sul, agora, querer abrir as porteiras para agrotóxicos não registrados e não autorizados em seus países de origem. De forma alguma – nem econômica, nem de saúde pública e nem sob ponto de vista ambiental –, pode-se depreender algo bom do PL nº 260, de 2020, que o governo Leite quer aprovar em regime de urgência. Nós temos que fazer essa discussão de forma ampla, não em regime de urgência! Eu faço aqui um apelo aos nossos deputados gaúchos para que peçam ao governo para retirar o projeto de pauta amanhã na Assembleia Legislativa.

Para encaminhar, Sra. Presidente, termino o meu pedido aos deputados para que peçam ao governo para retirar de pauta a votação do projeto e, se não retirar de

pauta, que os deputados votem contra. Se não votarem contra, que o governador Leite toque a sua própria consciência e não assine a promulgação desse projeto absurdo. Informo também a Casa que nós estamos trabalhando em uma moção de repúdio à ampliação do uso de agrotóxicos no Estado do Rio Grande do Sul e de repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 260. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Eu gostaria só de passar uma informação, talvez, como vereadora, creio que uma das mais antigas da Casa, para que todos saibam, respeitosamente, nós não podemos pendurar bandeiras no acrílico. Por favor, peço que vocês entendam, mas bandeiras de partidos políticos de nenhum segmento, nas cadeiras, tudo bem, mas nos acrílicos, não. Muito obrigada.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pablo Melo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Passamos ao

## GRANDE EXPEDIENTE

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Concedo o meu tempo, em homenagem também ao dia 28 de junho, à Ver.<sup>a</sup> Daiana, para que possa fazer uso da palavra.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Apenas para elogiar V. Exa., num dia como o dia de hoje, 28 de junho, nada mais apropriado que passar o Grande Expediente à Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, e V. Exa. teve a grandeza e a generosidade de fazê-lo. Parabéns, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas, que se manifesta em questão de ordem e eu quero também agradecer à Mesa Diretora, que teve a sensibilidade de aprovar nesta Casa que nós colocássemos o *outdoor* em homenagem ao dia de hoje.

A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Márcio Bins Ely.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, Presidente e a todos que nos acompanham. Inicialmente, eu já quero saudá-lo, Márcio, pela grandeza de ter doado este tempo, pela generosidade, mas principalmente por compreender a relevância deste dia, considerando que hoje é um fato histórico que está acontecendo aqui na Câmara de Vereadores. Pela primeira vez na

história desta Casa, nós somos cinco, sendo eu a titular, com mais quatro suplentes que faço questão de nominar: Giovani Culau, do meu partido; Andrea da Matta, do Solidariedade; Ton Falcão, do PT; e também Natasha Ferreira, do PSOL. Esse é um marco histórico e representa muito, simboliza muito das nossas lutas cotidianas numa sociedade que aqui também é representada em toda a sua diversidade e pluralidade, inclusive, quando nos ataca. Quando a população LGBTQIA+ se posiciona, ela fala de direitos, ela fala da centralidade da vida, ela fala justamente de tudo aquilo que é essencial para a sua existência. Considerando que toda e qualquer forma de ataque que venha a refutar as nossas existências não condiz com o comportamento daquele que legisla, porque nós somos os representantes da Casa do Povo; e, se esta é a Casa do Povo, aqui tem que haver a sua diversidade, a sua pluralidade, e não o pior do seu preconceito tratado com naturalidade. Nós não nos furtaremos da luta, porque compreendemos que a existência e a resistência da nossa população me colocam hoje aqui como a primeira vereadora assumidamente lésbica, parte significativa dessa sigla. E isso é importante quando ressaltamos a luta de toda uma construção, um movimento que se dá com sangue e muito sangue – não é, Natasha? –, porque, quando nos atacam e retiram as nossas vidas e as possibilidades reais de ascensão, quando nos delimitam e não constroem políticas públicas que dialogam com as nossas necessidades, quando não nos olham como parte pertencente de uma sociedade, estão eliminando algo que é essencial para a construção da sociedade, que é a diversidade. Com este colorido do manto que me compõe, com esta vontade e esta indignação que me movem, eu vou falar aqui de transformação, eu vou falar aqui de construção, eu vou falar aqui de perspectiva de vida. Não mais darei abertura para que estes e estas que não nos compreendem e que, definitivamente, não sabem o que é a construção de um movimento pela vida, resistindo e existindo contra todas essas formas de opressão. Estes que não sabem e não conseguem fazer a leitura da realidade como ela é sequer merecem que eu os cite.

Passando adiante, quero falar que nós não falamos – não é, Giovani? – de orientação, nós não falamos de sexualidade, nós falamos de vida, nós falamos de desejos, nós falamos de amor. Quando nós nos posicionamos, isso não é uma hipocrisia, porque a diversidade, ela é real. Hipocrisia é nos utilizar como plataforma política, isso sim é hipócrita. Aquilo que nós construímos é legítimo e é real. Em definitivo, não me faz ser a diversidade somente em período eleitoral; não, eu sou em tempo integral, eu sou aquele que sofre a violência, que, como única possibilidade, teve as ruas, porque as políticas públicas não fazem a leitura e não conseguem compreender a sua complexidade. Definitivamente, não entendem que, quando uma criança demonstra algum tipo de sentimento, questiona, porque compreende que azul e rosa é o máximo que a gente tem de alcance. Nossa bandeira é colorida, porque nós compreendemos que o colorido é o que compõe as nossas existências.

Quero trazer aqui que hoje, como este dia é tão significativo e tão especial para a gente, Presidente Márcio, nós somos cinco vereadores que representamos uma parcela significativa dessa sociedade porto-alegrense. Eu gostaria muito de solicitar aos nobres colegas que tenham respeito e decoro, mas, principalmente, que não se utilizem mais desta tribuna e dos espaços que esta Casa oferta, para disparar aquilo de pior têm,



com ódio, ressaltando que as nossas vidas, definitivamente, fazem parte deste espaço. Quando eu olho para esta Casa, Presidente Márcio, eu me recordo da luta e da construção daqueles que mobilizam e movimentam uma cadeia produtiva muito grande, porque nós não somos só a parada LGBT, nós somos médicos, nós somos dentistas, nós somos sanitaristas, nós somos professores, nós somos essa construção da sociedade. Nós somos os que compõem, os que constroem e, por vezes, sequer têm a coragem que hoje nós cinco aqui temos de colocar os nossos rostos, a nossa luta abertamente, porque sempre nos tiram a vida e a dignidade da pior maneira possível. Quero construir espaços que dialoguem com a realidade, quero fazer isso pensando na pluralidade, mas, principalmente, que nós somos muito mais do que esses que nos olham de forma tão reduzida e não conseguem compreender o que, de fato, nós representamos.

Trago também hoje, de forma muito significativa, e gostaria de chamar os meus outros quatro colegas, para que viessem até aqui a frente e trouxessem as bandeiras, porque o nosso colorido é o que dá o tom e a cor desta Casa neste dia. Hoje nós protocolamos um relatório, nós protocolamos a solicitação de um PL que fala... Que lindo! É disso que eu estou falando, é da vida, é da diversidade de quem nós somos, é da existência da resistência de cada um e de cada uma de nós. Isso é representatividade, porque quem nos olha, quem hoje está vendo vocês, nós aqui, compreende que, em definitivo, este é o nosso espaço. Que importante olhar para vocês aqui! Vocês representam boa parte da luta que eu tive a minha vida inteira, enquanto criticavam e questionavam a minha existência. Olhar para vocês, olhar para mim é olhar para as crianças que olham para nós e, diferente daquilo que falam, que não é real, olham para nós e pensam: "É possível". Eu existo numa sociedade que, todos os dias, quer me matar e nos mata da pior maneira possível, quando nos nega o acesso, quando não nos dá a possibilidade de avanço real e de ascensão. É disso que eu estou falando, é desse colorido, é dessas vidas. É justamente essa construção e essa pluralidade diversa que eu trago em mim, é isso o que eu exalto na Natasha. Quando eu olho para ti, tu me orgulhas, porque tu rompestes esse ciclo de violência, que dá uma perspectiva de 35 anos de vida para um corpo trans.

**Vereador Ton Falcão (PT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, colega. Eu gostaria de dizer que eu concordo exatamente com tudo o que a nobre colega vereadora falou e agradeço a ela por abrir as portas deste lugar para que a gente possa estar aqui na Casa do Povo, ainda hoje, no dia de hoje, pedindo pelos nossos e agradecendo, quando as pessoas abrem as portas. Não foi fácil chegar até aqui, nem para mim nem para nenhum dos meus colegas vereadores. Este é um momento extremamente importante, porque as pessoas, quando olharem para nós, vão saber que nós e os nossos corpos transversais políticos, como a gente gosta de deixar muito claro, porque são os nossos corpos que são agredidos, são os nossos corpos que são ridicularizados algumas vezes, é o nosso sangue que está escorrendo por aí... É importante que as pessoas entendam e que as pessoas saibam que a nossa luta e a nossa militância por resistência e por existência vai além disso. Este é o momento em que a nossa caminhada começa a se firmar, e, como disse a Daiana, nós estamos aqui e nós

somos maiores do que qualquer outra coisa. Nós podemos transversalizar qualquer assunto, e é por isso que é tão importante que a gente fique junto e que, juntos, unidos, sejamos respeitados, sejamos aceitos e sejamos acolhidos, porque isso não é pedir muito, isso é obrigação. E obrigação tem que ser cumprida, assim como qualquer outro regimento.

**Vereador Giovani e Coletivo (PCdoB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Daia, hoje, no dia do nosso orgulho, me orgulha muito chegar a esta Casa e ter em ti a líder do nosso partido, uma mulher preta, sapatão aqui liderando o Partido Comunista do Brasil e dando este recado em defesa da vida e em defesa da diversidade. Tu imaginas, Daia, nós somos aqueles, ao contrário do que parece não perceberem aqueles que estão aqui, que, muitas vezes, somos violentados e violentadas dentro das nossas próprias casas. Se nós ocupamos este espaço aqui hoje é porque nós não admitimos mais sermos violentados em lugar algum. Não aceitamos ser violentados não só fisicamente, mas tampouco verbalmente aqui neste espaço e, também, em nenhum outro, seja nas ruas, seja dentro das nossas casas. Quando eu te ouço falar, me sinto ainda mais orgulhoso por ser do PCdoB, por ser parte dessa bancada que tem amor, amor ao nosso povo e à nossa diversidade. Viva a nossa luta!

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Viva!

**Vereadora Andrea da Matta (SD):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Dai, só tenho a te agradecer. Com muito orgulho, estou aqui nos representando, difícil de descrever o meu momento hoje. Entrar para a história junto contigo, que tanto lutou por nós, só tenho gratidão. Mais amor, respeito, igualdade para nós.

**Vereadora Natasha Ferreira (PSOL):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Rapidamente, Ver.<sup>a</sup> Dai, aliás, vereadora titular, vereadora lésbica, vereadora negra e titular. Eu acho que isso é uma das coisas que eles menos suportam, Daiana, saber que você é uma mulher lésbica, negra e é titular aqui dentro, que eles não podem te tirar daqui e que você está legitimada pelo voto popular. Eu quero dizer que eu me emociono muito com as tuas palavras, porque eu estou com 33 anos e, quem sabe, muitos aqui esperassem que eu virasse uma estatística, mais uma estatística governamental de mulheres travestis mortas, assassinadas, com 80% das mortes com requintes de crueldade. Mas não, nós já superamos aquela operação do final da ditadura militar, a Operação Tarântula, que tentou matar as travestis. Nós superamos os anos 1990, que foi a principal década da luta contra o HIV-Aids. As travestis superaram o tempo, e agora nós não vamos mais aceitar que nos naturalizem nas esquinas, apenas na prostituição e apenas na marginalização social. Nós seremos naturalizadas ocupando espaços de poder, como a Câmara, como a Presidência, como a Prefeitura Municipal. Este lugar não será mais o mesmo enquanto tiver aqui representada pela metade preta, LGBT e de mulheres.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Damos sequência, colegas, eu trago aqui um trecho do PPA e eu quero ler, porque eu acho que é definitivamente disso que vimos falando. Ele fala: "Promover ações de apoio e fortalecimento nos projetos das instituições públicas e não governamentais que atuem na busca da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia. Capacitar profissionais e representantes do movimento homossexual que atua em defesa dos direitos humanos, disseminando informações sobre direitos, promovendo a autoestima homossexual e incentivando a denúncia da violação dos direitos humanos nesse segmento". Para além desse trecho, muito mal escrito e que não relata nem retrata a realidade de quem somos e a diversidade da nossa sigla, quero falar que isso também traz somente as políticas públicas para diversidade sexual e violência contra transexuais. Isso sequer relaciona a nossa existência com políticas públicas, com promoção à saúde, com direitos humanos, só nos segmenta novamente e nos coloca diante de uma relação de violência. Isso é inadmissível. Para além disso, se atentem, a realização desse projeto, conta aqui, são quatro anos, cada ano vai ter um investimento de R\$ 25 mil. Vinte e cinco mil reais, na capital do Estado do Rio Grande do Sul. Isso, meus caros colegas, demonstra por que nós precisamos estar aqui, para rebater, debater, construir. Isso, definitivamente, não pode existir, isso não dialoga com as nossas necessidades, isso não fala da nossa vida. Nós somos muito maiores do que isso, muito mais do que violência, muito mais do que indicadores de desigualdade, muito mais do que estupro coletivo, muito mais do que as esquinas como única opção. Mas nós só podemos ser isso, quando nos fomentam e quando possibilitam que nós tenhamos reais possibilidades de ascensão e ruptura desse ciclo de violência tão duro, tão duro que sempre marca os nossos corpos e as nossas trajetórias.

Mais uma vez, digo que não me sinto especial por estar aqui como a primeira representante da nossa sigla, porque isso só demonstra esse movimento extremamente retrógrado que a nossa sociedade tem de não compreender que os nossos corpos são políticos e que nós temos capacidade suficiente para questionar essas estruturas. Olhar para tudo isso, questionar tudo isso e construir com uma perspectiva mais colorida a esta vida é dar a possibilidade, a dignidade àqueles que, em definitivo, sofrem todos os dias, no interior das suas casas, que são expulsos da família, que não têm um espaço de acolhimento, que não conseguem encontrar, dentro das escolas, um mínimo de acolhimento, porque a gente não debate isso e traz sempre à tona um viés muito fundamentalista, extremamente conservador, que nos mata, e falo da morte da forma mais dura. É necessário que nós tenhamos essa responsabilidade, exaltando quem somos, celebrando as nossas existências, olhando para cada um e cada uma de vocês e me sentindo feliz por estar aqui.

Eu quero dizer que nós temos aqui um PL, que já foi protocolado e assinado por nós cinco, que fala justamente disso, dos dados. É um relatório situacional que vai dialogar com a universidade, com a construção de políticas públicas, com as possibilidades reais de sabermos quem somos e qual lugar ocupamos nesta sociedade, uma vez que, se não existem dados, não existem políticas públicas, porque não existe questionamento. Presidente, quando olhamos tudo isso, a gente consegue dar a essas

peessoas, que somos nós, nesta sociedade, a possibilidade de romper esse ciclo, sabendo que precisam de educação de qualidade, de segurança e segurança pública. Que precisam de saúde e de protocolos que dialoguem com as suas realidades, com a sua existência, porque existem homens e mulheres trans... Além do mais, faço este recorte, são as mulheres trans e, principalmente, as mulheres trans negras que mais sofrem com a violência neste País. Nós precisamos trazer isso à tona como um instrumento real de ruptura desta negligência, deste descaso de um país homofóbico, lesbofóbico, transfóbico, que não faz a leitura de quem nós somos, porque é muito mais importante fomentar a família tradicional, que mata e vai, sim, Natasha, no final da noite, se utilizar da prostituição – que é hipócrita, isso é hipocrisia – em vez de auxiliar na construção de um processo educacional que faça com a completude, que faça esse olhar de quem nós somos e exalte as nossas existências.

Enquanto eu estiver aqui e em todos os espaços que eu ocupar, eu trarei esta bandeira como parte de quem eu sou, porque foi por ela e com ela que eu cheguei até aqui! Falar dos nossos corpos é falar de vida, é falar de dignidade, é falar de respeito, é falar de responsabilidade. Aqui tem uma comunista lésbica, um sapatão de luta que desce o morro todo dia porque acredita que só assim vai fazer a diferença. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra em Grande Expediente.

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO):** Presidente, eu abro mão do meu período de fala.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Presidente, boa tarde a todos que nos acompanham aqui na sessão de hoje. Eu não ia falar, mas resolvi me inscrever por causa desta data que nós hoje discutimos aqui às luzes da sociedade, o que eu chamo de facetas sombrias das várias formas de preconceito. Eu ouvi atentamente aqui a bancada, e queria só pedir para que a vereadora, se pudesse aguardar um pouquinho no plenário, porque eu gostaria de me dirigir muito carinhosamente a vocês. Se alguém me perguntasse se eu tenho alguma intolerância... Hoje em dia, a nossa política está intolerante, muito raivosa, muito polarizada. Na outra legislatura, eu tive oportunidade, a pedido – nós, aqui, somos, realmente, vamos dizer assim, elos de ligação do poder público às nossas comunidades –, de apresentar a inclusão, no calendário municipal, a data da conscientização, e eu o fiz de pronto, porque eu não aceito nenhum tipo de preconceito. Quando me pediram para também reincluir ao calendário municipal a parada livre – eu quero deixar claro para vocês –, eu fui também vítima de preconceito deste plenário, também nas redes sociais, só que eu, que saí menor de idade de casa, que

fui abrigado por amigos, eu nunca vi a cor dos meus amigos, a religião dos meus amigos, a questão da sexualidade dos meus amigos, eles eram meus amigos. Eles me acolheram, me deram teto, conforto, apoio, me acolheram como família, porque eu fui vítima de violência doméstica, eu fui vítima de uma série de opressões quando criança, antes de sair de casa e ir para o colégio interno. Eu tenho orgulho de ter sido útil nessas duas pautas, tanto do dia da consciência, mas também da parada livre, eu sei o significado que isso tem. Mas quando a gente se posta em defesa de algumas bandeiras aqui, minha querida e amada colega, a gente vira alvo de um ódio, de uma raiva... Eu sou do PSDB, parecia que era impossível que um vereador do PSDB pudesse fazer a defesa ou a luta contra o preconceito, seja ele racial, socioeconômico, sexual, não interessa; a minha intolerância que eu disse aqui, que eu tenho e levarei para a minha vida toda, é para com o preconceito. Todas as formas e tipos de preconceito! Eu não aceito, eu sou intolerante a isso. Eu não tenho tolerância com o preconceito. Nessa pauta, no que eu for útil, contem sempre comigo. Eu quero deixar muito claro para vocês: também me toca muito, me emociona muito, e, para mim, é muito especial o dia de hoje vocês estarem aqui, por um motivo simples, por um motivo que eu não aceito, porque eu não tenho tolerância com nenhum tipo de preconceito. Definitivamente, pelo que eu passei na minha vida, não tenho como, eu não aceito isso. Então é muito especial que a gente fale às luzes da sociedade. E queria deixar muito claro para vocês: os preconceitos que eu sofri também são um outro tipo, são preconceitos até político-partidários, são preconceitos até ideológicos, de pessoas que me julgam sem saber a minha história.

Vereadora, no tempo de liderança, eu posso conceder apartes, mas eu queria dizer de coração isso, porque eu fui vítima, sei o que é ser vítima desse ódio que está instalado na política. No dia de hoje é muito especial que a gente faça, às luzes da sociedade, esse tipo de conversa, porque nós precisamos cada vez mais de muito amor, e, para mim, essas formas de preconceitos são uma face obscura da nossa sociedade e nós precisamos jogar luz nela, para que ela simplesmente deixe de existir. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereadora Daiana Santos (PCdoB):** Eu queria só saudar o Ver. Moisés Barboza e falar da importância que é o coletivo que ele tem no partido dele, porque isso auxilia para que essa polarização e essa disseminação de ódio não se deem em definitivo, vereador. Se nós não construirmos plataformas onde o debate e essa construção mais afetiva, olhando para quem nós somos e compreendendo as nossas limitações, mas também tendo o desejo de rompê-las, se a gente não fizer isso, a gente possibilita que esses rompantes de ódio que nos matam todos os dias e que fazem com que nós sejamos indicadores de violência, e não os teus colegas aqui, eles se deem com muito sucesso. Então, te agradeço a fala sensível por esse dia, que é um dia tão importante. Enquanto uns ficam aqui blasfemando e colocando o ódio como o tom da

nossa ascensão, porque somos cinco hoje, outros vêm, e de forma tão generosa quanto tu, nos trazem uma perspectiva real de construção da coletividade. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0556/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/21**, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025. **(SEI 118.00163/2021-07)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, muito obrigado. É um momento muito importante o debate do Plano Plurianual, nós temos que ter uma atenção redobrada em cada momento, em cada circunstância. Há pouco, emocionou a todos nós a fala do Ver. Moisés Barboza – parabéns, vereador, foi extraordinário. Chama-me atenção no Plano Plurianual, entre outras coisas, o que consta e peço aos vereadores e às vereadoras, particularmente da CEFOR, em especial para a Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues, que examine com atenção o art. 9º, § 1º do ofício que encaminha o próprio Plano Plurianual. Diz assim o § 1º do art. 9º: “O acompanhamento da execução dos programas será feito [de todos os programas do Plano Plurianual] sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos – SMPAE”. Isso está correto, mas incompleto. Por que não a CEFOR? Será que é porque este ano a CEFOR é presidida por uma vereadora, mulher, negra, comunista do PCdoB? Por que o Legislativo não pode fazer parte dessa coordenação? Eu tenho "n" pontos para observar nesse Plano Plurianual, eu gosto do estudo do Plano Plurianual, da LDO, do Orçamento, porque definem o que será a nossa cidade. Esse Plano Plurianual está colocado, é importante para quem nos assiste perceba, como o projeto maior para uma cidade entre os anos de 2022 e 2025. Não é pouca coisa, é muita coisa. Depois disso, nós teremos a Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO; depois disso teremos os orçamentos, mas tudo começa no Plano Plurianual, e é estranho o alijamento da Casa desta vez. É estranho. Eu gostaria de uma explicação do Executivo nesse sentido; talvez haja, mas nenhuma explicação vai fazer com que eu mude de ideia com relação ao fato de que a Câmara

Municipal, através da CEFOR, precisa participar, sim, dessa fiscalização, desse acompanhamento, dessa coordenação na execução dos programas definidos, dos projetos maiores definidos, e que eu espero que contemplem as emendas do Legislativo – e não estou dizendo apenas da oposição, do Legislativo. Historicamente, o Poder Legislativo tem muita importância no Plano Plurianual, aliás, em toda legislação orçamentária, mas o Plano Plurianual, que é o começo de tudo e é a legislação maior, mesmo sendo a mais descumprida, até por lógica, porque elas são metas, mas no Plano Plurianual nós temos que ter, Presidente Márcio Bins Ely, uma participação ativa da Câmara da Municipal e essa representação hoje se dá pela CEFOR. Não é verdade? Historicamente se deu pela CEFOR. Houve grandes momentos aqui de organização de emendas pelo Ver. Airto Ferronato, que sempre foi membro da CEFOR, até onde me lembro. Isso é importante, porque se não está – como não está – no art. 9º, § 1º, a CEFOR no acompanhamento, tem que estar. "Ah, mas não estive em anos anteriores". Não sei, mas tem que estar agora, precisa estar, é uma reivindicação que faço desde logo.

E concluo, presidente, sem usar todo o tempo disponível, que são 10 minutos, dizendo que esse conjunto de metas do Plano Plurianual está muito defasado em relação à nossa realidade e com muito pouco conhecimento do que é necessário realmente. A Ver.<sup>a</sup> Daiana dos Santos, de forma muito correta, colocou da tribuna, em relação à questão LGBTQIA+ é verdadeiro desastre, porque trata somente de dizer o óbvio: não pode matar. É isso, políticas para evitar que matem. Mas isso é mínimo, é o mínimo dos mínimos. Nós precisamos muito mais do que isso – muito mais do que isso! E essa questão levantada pela Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, em outros casos aparece também, em outras circunstâncias. Eu dou um exemplo, um outro exemplo, na questão do transporte coletivo: na verdade, se distancia da realidade nesse caso do transporte coletivo por vontade própria, ou seja, por ação pensada. Aquilo que o prefeito quer fazer agora, em relação à Carris, em relação ao fim de execuções, não se relaciona com o Plano Plurianual, e propositalmente, talvez para não sofrer críticas, o prefeito não traz dessa maneira, traz de outra, genérica e abrangente. Aquilo que ele executa na prática, e nesse sentido nós todos teremos um papel importante, precisa ser fiscalizado, analisado, discutido, debatido – repito, eu sempre disse isso, e não é apenas nessa legislatura, e não é apenas nesta Casa –, o Poder Legislativo não pode ser simplesmente uma instância de homologação da vontade do Executivo; o Poder Legislativo cria e a legislação, por excelência, tem que ser do Poder Legislativo, não do Poder Executivo, ou no mínimo o respeito àquilo que é criado por nós, ou pode ser criado por nós, e aqui independe se é situação ou oposição, independe de ser direita, esquerda, centro, de cima, debaixo; enfim, é uma questão institucional. Mas não há, por parte do Executivo do atual governo, via de regra, respeito em relação ao Poder Legislativo, não há esse respeito. Em inúmeras situações que eu nem vou relatar aqui, em inúmeras, esse desrespeito fica claro, fica evidente, a não ser que haja respeito só pelos que pensam igual. Eu acho que nem é isso. Mas, pelos que pensam diferente do governo municipal, com certeza há um desrespeito brutal em todos os sentidos.

Concluo por aqui, Presidente, agradeço esta oportunidade de fala e registro mais uma vez esta reivindicação: que no § 1º, do art. 9º do ofício que encaminha o Plano Plurianual haja uma modificação para inclusão da CEFOR, como é representada aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** A cidade muitas vezes é invisível, a cidade muitas vezes parece não ser o objeto de trabalho dos políticos, a cidade muitas vezes parece ser um simples objeto maleável que, a depender do governo, se coloca o dinheiro num canto ou no outro, não se enxerga que a cidade é feita de vidas. A cidade, Ver. Pedro Ruas, é feita de CPFs – usam muito essa linguagem CNPJ, CPF, hoje mesmo usaram "cancelaram o CPF", o Presidente disse isso. Eu poderia responder isso de diversas formas, mas não respondo. Agora, falando dos CPFs, esses contribuintes pagam impostos, e não são poucos os impostos, meus colegas vereadores, mas alguns deles muito mal aplicados, porque aqueles vorazes que sequestram o Estado não deixam que o cidadão tenha educação, não deixam que o cidadão tenha saúde, não deixam, como nós vimos, no último fim de semana, que tenham um saneamento como direito à dignidade! É a negação, o Estado como ente, como instituição, negando ao cidadão o direito à cidade. E aí eu recebi vídeos do Sarandi, onde o arroio transbordou; eu recebi vídeos da Ponta Grossa, o pluvial que fizeram, as redes entupiram; eu recebi vídeos do Lami, onde o problema é recorrente, sei porque tive a oportunidade de morar quatro anos no Lami e lá isso é recorrente, é uma zona esquecida há muito tempo. Lá os políticos vão, pedem votos, botam uma patrula aqui, uma patrula ali, desobstruem o valão aqui ali... Época de eleição é uma beleza! O pessoal dessas regiões que eu estou falando, na época das eleições, eles recebem o Estado, aquele Estado que é sequestrado durante 40 meses, 42 meses; naqueles seis meses de eleição o Estado aparece. Por isso aqui eu falo de Plano Plurianual, porque o Plano Plurianual muitas vezes é uma cartilha de intenções, mas os que sequestram o Estado não deixam o plano ser implementado; eles trazem para cá o plano para correr pauta, porque faz parte do Regimento. De fato, a implementação depende da intenção dos atores políticos desta cidade, que, muitos deles, há muito tempo sequestram o erário público, o dinheiro do povo. O sagrado dinheiro de impostos não tem se transformado em mais escolas! No governo anterior, nós tivemos fechamento de vagas na educação infantil, por isso temos um déficit de cinco mil matrículas para a educação infantil, que é um direito constitucional colocado inclusive na LDB, proposto no Plano Nacional de Educação Municipal e Estadual, que, para muitos, é o documento da gaveta. Se esse Plano Plurianual que aqui é apresentado conseguir garantir, de fato, a democratização da educação básica em Porto Alegre, poderemos dizer que algum compromisso foi honrado nesta cidade; agora, se acontecer o que tem acontecido há 16 anos em Porto Alegre, e a letra fria do papel fica e o



cidadão continua buscando na justiça. As mães e os pais têm buscado na justiça vagas em instituições de educação infantil, porque o Estado se furta a garantir o direito, e como a educação é um direito subjetivo, se vai na justiça e se conquista o direito à vaga. Eu questiono: por que construímos com tanta luta o Fundeb, se os governantes não o respeitam? Por que, se constituímos com tanta luta o SUS, os governantes vão lá e fecham unidades de saúde, como o governo anterior, do Marchezan, que fechou 11 postos em Porto Alegre – ao invés de buscar mais, até centralizou? Eu espero, sinceramente, que esse Plano Plurianual cumpra ao que se propõe, que esse plano, vereadoras e vereadores, não seja uma carta só de intenções, mas seja de fato o compromisso com quem trabalha, com quem luta, com quem constrói Porto Alegre e quer ver o SUS de verdade; não quer ver a mordaza na educação pública; não quer ver os bueiros entupidos e entrando lares adentro como vimos na chuvarada recente do final de semana. Eles dizem “saneamento é saúde”, eles dizem “o SUS é de todos”, eles dizem “respeitamos a educação”, mas eles votam a reforma da Previdência. E quem faz esse serviço público em Porto Alegre é o servidor, é a servidora: não é o computador como este que está aqui na minha frente que faz o registro da tribuna, Presidente Bins, não é o computador que opera a câmera; quem opera essa câmera é o servidor público que está atrás dessa parede, é a comunicação. Se não fossem esses de carne osso e coração pulsando não teríamos saneamento, pavimentação, limpeza urbana, educação ambiental; não teríamos o HPS, o SAMU salvando vidas; não teríamos o pronto atendimento Cruzeiro do Sul, porque uma maca sozinha não carrega o doente, porque o bisturi não opera emergencialmente o cidadão no HPS, ele precisa de mãos. E é por isso que eu quero que esses vereadores e vereadoras se sensibilizem! São as servidoras e servidores que implementam o Plano Plurianual, podem crer. Nós, como vereadores e vereadoras, passaremos, nossos mandatos encerram em quatro anos – esse é o tempo que o povo nos deu para vir aqui dizer ao que viemos. Muitos vêm aqui dizer para que vieram e não dizem nada, não fazem nada pela cidade; depois, a cidade os demite. Não é à toa que tivemos uma renovação na ordem maior de 40%, e isso não foi só porque fulano é mais bonito que sicrano ou porque é mais jovem; é porque, de fato, o compromisso aquele firmado na urna, Ver. Matheus, por vezes não é honrado, porque existe ainda muita legenda de aluguel que não tem compromisso com o Plano Plurianual, não tem compromisso com as metas para o povo. Por isso eu venho sempre aqui para falar de Plano Plurianual, porque falar disso é falar do povo, falar do que o povo precisa. As demandas reais do povo não cabem numa cartilha, elas precisam de orçamento participativo, cidadãs e cidadãos, vereadores e vereadoras que nos acompanham *on-line* e os que estão aqui presencialmente. É preciso ouvir as pessoas, conversar com elas onde estão, onde o cidadão de Porto Alegre está. O cidadão de Porto Alegre não é um guichê de negociação, como alguns querem fazer crer nesta Câmara; o cidadão de Porto Alegre vive diversos problemas acumulados porque os Planos Plurianuais não são respeitados! Eles são simples documento! Eles são uma simples burocracia! Nós temos que encerrar esse capítulo, Presidente Márcio, de que a burocracia fala mais alto do que os corações que pulsam nas periferias, nas filas de desempregados, na fila da creche. Para concluir, é preciso colocar as pessoas em

primeiro lugar, deveria se chamar não Plano Plurianual, mas plano para o desenvolvimento da humanidade em Porto Alegre nesse período de 2022 a 2025, esse deveria ser o nome. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente. Para que todos que nos acompanham não estranhem, a gente tem, neste momento, a discussão do Plano Plurianual, Ver. Gilson Padeiro, em que os vereadores têm o tempo dobrado para falar, 10 minutos, e acabam às vezes esquecendo um pouco de se ater à pauta, então eu gostaria de chamar atenção para a pauta do Plano Plurianual. Estudando o plano que veio a esta Casa, que nós, vereadores, recebemos, eu gostaria de fazer um reconhecimento público à equipe qualificadíssima da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Planejamento, que a gente vê tocando esses trabalhos dos Planos Plurianuais nos últimos seis anos. Falo isso e gostaria de, num outro momento, Presidente, quando nós estivermos aqui com mais presenças no plenário, chamar a atenção de um dado importante: nós tivemos um resultado positivo, histórico que foi árduo, de muitas mãos, das equipes principalmente da fazenda e do planejamento no nosso governo. Tivemos uma diminuição do que vinha crescente de gastos com pessoal, de cargos de confiança, e isso é um resultado positivo do governo anterior, do governo Marchezan. Nós, da bancada do PSDB, ficamos felizes de ver esse resultado por dois motivos principais. Em primeiro lugar, por ver um resultado que é técnico: o contribuinte, hoje, fala muito sobre seus tributos serem, na balança, distribuídos de uma maneira equivocada, de faltarem recursos para o reinvestimento da cidade – Porto Alegre é uma cidade atrasada do ponto de vista de investimentos de infraestrutura. Nós vemos a precariedade que os governos enfrentam, e eu não estou falando de partido A, B ou C, é questão de gestão. Então a gente comemora duplamente, Ver. Gilson Padeiro, primeiro, por vermos o resultado. Quando a gente enfrentava os debates que tivemos nesta Casa, nos veículos de imprensa, e a gente falava dos esforços do primeiro escalão do governo Marchezan, dos secretários, tínhamos o Leonardo Busatto que é fazendário estadual, agora temos o Rodrigo Fantinel que é fazendário municipal, do esforço que se tem na máquina pública para não perder esse controle e esse equilíbrio e gerando o que antigamente a política tradicional fazia muito, tratar o poder público de uma forma de alimentar os seus partidos, cabides de emprego, CCs, além do que deveria. Porque ninguém, nenhum partido, seja de direita, de esquerda, de centro, consegue tocar uma administração sem valorosos cargos de confiança. Eu assisti na área social, Ver. Gilson Padeiro, inclusive em alguns momentos de paralisações, cargos de confiança que todos os partidos têm tocarem trabalhos sociais em albergues, no sábado, no domingo. São servidores tão valorosos quanto os outros servidores que são de carreira, que são fixos, os governos passam e eles podem dar o histórico nas cidades. Então, por dois motivos

devemos comemorar, na introdução do Plano Plurianual, Presidente Márcio, porque nos dedicamos arduamente quatro anos para buscar essa diminuição nesse custo, que sobrasse mais para reinvestir na cidade. Esse é o primeiro motivo, o segundo motivo, Ver. Gilson Padeiro, é que o atual governo não escondeu isso. Eu quero fazer um reconhecimento à equipe da Secretaria de Planejamento e da Secretaria da Fazenda porque alguns governos, por questões partidárias, questões da politicagem arcaica, antiga, suprimiriam da sua introdução os dados positivos do governo anterior. Então, reconhecer por óbvio, eu que estive aqui revezando com colegas importantes na tarefa, na Legislatura passada, de defender o governo anterior, temos esse dado positivo. Quero que os colegas aqui analisem a introdução do Plano Plurianual que veio para esta Casa que mostra os acertos, no setor, do governo anterior. Então, reconhecer deste governo a transparência de assumir e publicar na sua introdução esse resultado positivo. O Plano Plurianual chegará nesta Casa de forma mais técnica, fui comunicado pela presidente atual da CEFOR, colega Bruna, que nós vamos fazer todo um trabalho em cima do Plano Plurianual, a parte legislativa, a parte técnica onde nós, vereadores, poderemos desempenhar as nossas tarefas, Ver. Hamilton Sossmeier, com muito mais exatidão. Dependemos dos nossos corpos técnicos, as nossas equipes que vão se debruçar, não é uma pauta que possa ser julgada superficial, mas eu não poderia de deixar registrar aqui esses bons índices e o reconhecimento da atual Secretaria de Planejamento e da Secretaria da Fazenda que na sua introdução consideram esses resultados neste ponto muito positivos do nosso governo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Hoje, então, um dia muito feliz nesta Casa com a bancada LGBT representada nesta data tão importante, 28 de junho. Parabéns Ton, Natasha, Giovane e a todos e todas que estão presentes no dia de hoje. E hoje também a pauta do Plano Plurianual. Quero me centrar em falar sobre a valorização, ou melhor, a desvalorização da nossa Guarda Municipal dentro do PPA. Guarda Municipal que inclusive hoje temos colegas da Guarda Municipal que estão utilizando fardas de outra cidade. Dentro do Plano Plurianual não existe previsão de concursos públicos, não existe previsão de reposição de efetivo, de melhoria salarial para a nossa Guarda Municipal. É essa a valorização que o prefeito Sebastião Melo dá para esta importante corporação que é de extrema relevância para a segurança de todos porto-alegrenses. Esse desdém que a Prefeitura tem em relação à segurança pública, em relação aos agentes da segurança pública ficou muito evidente durante o período de vacinação: em nenhum momento os agentes da segurança pública do Município tiveram prioridade na vacinação, e eles continuaram trabalhando incessantemente durante todo o período da pandemia, inclusive fechando festas clandestinas, inclusive agindo em diversas frentes

para evitar um mal maior para toda a sociedade de Porto Alegre. Então é importante, que, analisando o PPA, observemos qual é de fato o interesse e a valorização que o nosso prefeito e sua equipe têm junto aos nossos guerreiros da Guarda Municipal. Queria fazer esse breve relato, esse breve comentário sobre o nosso PPA para que fique registrado e para que os colegas da segurança pública saibam o que acontece em Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em não havendo mais inscritos, declaramos encerrada a discussão da Pauta Especial. Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0492/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/21**, que altera o *caput* dos art. 34 e 39, ambos da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987; inclui o art. 2º-A e revoga o art. 2º da Lei Complementar nº 206, de 28 de dezembro de 1989. **(Estruturação/DMAE, decorrente de incorporação/competências) (SEI 118.00149/2021-03)**

**PROC. Nº 0180/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui a efeméride Dia Municipal da Música Afro-Gaúcha no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 6 de dezembro. **Com Emenda nº 01, do Ver. Leonel Radde. (SEI 208.00061/2021-74)**

**PROC. Nº 0418/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/21**, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Policial Penal no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 4 de dezembro. **(SEI 222.00077/2021-62)**

**PROC. Nº 0515/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/21**, de autoria da Verª Comandante Nádia, que concede a Comenda Porto do Sol a Companhia Taurus Armas S.A. **(SEI 025.00043/2021-11)**

**PROC. Nº 0561/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/21**, de autoria do Ver. Giovani e Coletivo, que concede a Comenda Porto do Sol à Lucia Campos Pellanda. (SEI 234.00003/2021-14)

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0379/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 018/20**, que altera o artigo 21, a denominação da seção I do Capítulo III, o § 3º do artigo 31, o artigo 32, o artigo 33, o *caput* e §§ 1º e 4º do artigo 34, o *caput* do artigo 36, o § 5º do artigo 37-A, o *caput* e § 1º do artigo 63, o § 1º do artigo 64, o *caput* do artigo 80, o inciso XVI do artigo 96, o artigo 124, inclui os §§ 2º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 no artigo 34, o § 2º no artigo 36, o inciso III no § 4º e os §§ 6º a 11 no artigo 37-A, o § 2º no artigo 38-B, os §§ 3º, 4º, 5º e 6º no artigo 63 e os artigos 34-A, 36-A, 74-B, 113 e 114, e renomeia o parágrafo único do artigo 38-B para § 1º, todos na Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002 - que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), disciplina o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre, inclui os §§ 10, 11, 12, 13, 14, e 15 no artigo 2º na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre, define regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, dos Vers. Idenir Cecchim, Hamilton Sossmeier, Gilson Padeiro, José Freitas, Ramiro Rosário, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Giovane Byl, Pablo Melo, Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Claudio Janta, Mauro Pinheiro e Moisés Barboza e das Ver<sup>as</sup> Fernanda Barth, Cláudia Araújo, Mônica Leal, Lourdes Sprenger, Comandante Nádia, Psicóloga Tanise Sabino e Mari Pimentel; Emenda nº 02, dos Vers. Idenir Cecchim, Pablo Melo, Hamilton Sossmeier, Alexandre Bobadra e Claudio Janta e das Ver<sup>as</sup> Mônica Leal, Lourdes Sprenger, Fernanda Barth e Comandante Nádia.** (SEI 118.00229/2020-70)

**PROC. Nº 0400/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que altera o *caput* do art. 3º e inclui inc. VIII no *caput* do art. 2º e § 2º no art. 8º, renumerando o parágrafo único para § 1º, todos na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, definindo o regime jurídico especial a animais domésticos de estimação, incluindo no rol de práticas consideradas como maus tratos aos animais as constatações da Resolução nº 1.236, de 26 de outubro 2018, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e ampliando a legislação a ser aplicada para fins de proteção aos animais. **Com Emenda nº 01, da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger.** (SEI 035.00029/2021-08)

**PROC. Nº 0297/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/20**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que estabelece rol de categorias de profissionais de saúde de nível superior no Município de Porto Alegre e estabelece como essenciais as atividades exercidas pelos profissionais do rol. **Com Emenda nº 01, da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger.** (SEI 035.00038/2020-18)

**PROC. Nº 0075/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018/21**, de autoria do Ver. Jonas Reis, que inclui a efeméride Semana Municipal de Enfermagem no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no período compreendido entre os dias 12 e 20 de maio. **Com Emenda nº 01, do Ver. Jonas Reis.** (SEI 210.00031/2021-55)

**PROC. Nº 0320/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 121/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mônica Leal, que obriga as farmácias localizadas no Município de Porto Alegre que disponibilizem testes para a detecção do novo Coronavírus (Covid-19) a dispor de estrutura própria para a sua realização. (SEI 038.00024/2021-74)

**PROC. Nº 0372/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o *caput* e inclui parágrafo único no art. 1º e altera o *caput* e inclui parágrafo único no art. 2º, todos na Lei nº 7.591, de 10 de janeiro de 1995, e alterações posteriores, obrigando os estabelecimentos comerciais *shopping centers* e supermercados com mais de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) de área de loja, com exposição e venda de produtos, a manter à disposição dos interessados no mínimo 4 (quatro) cadeiras de rodas manuais. (SEI 034.00092/2021-37)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Eu quero me dirigir aqui nesta intervenção no período de Pauta que me é concedido, presidente, ao governo municipal do Sr. Sebastião Melo e do vice, Ricardo Gomes. Eu ouvi falar que existia o tal acordo sobre a Presidência. Ouvi falar no WhatsApp, em outras redes sociais, ouvi na tribuna também que beltrana assinou, sicrano, fulano, e que gerou aquela votação vergonhosa com o 24º voto do Sr. Airto Ferronato. Vereador antigo da Casa, do PSB, dizia que era uma troca, aumenta a idade, corta as pensões, mantém as pessoas trabalhando por um longo tempo para colocar mais ou menos R\$ 400 milhões no caixa único da Prefeitura. Na verdade, é deixar as pessoas trabalhando mais para o governo ter uma fonte de renda; a não aposentadoria virou uma fonte de renda para a Prefeitura, mais um imposto. O governo dos impostos conseguiu criar mais um imposto, agora é o imposto sobre os aposentados e as aposentadas e, pior do que isso, o imposto sobre os pensionistas e as pensionistas, sabem por quê? Porque agora não levam mais a pensão integral. O voto da semana passada declarou que os municipais e municipais

aposentados da Prefeitura estão proibidos de morrer porque o seu cônjuge perderá muito do poder de compra: 50%. Essa é a realidade. O aposentado, para quem não sabe, quando se aposenta não leva o vale alimentação e isso para um guari que ganha menos de um salário mínimo quando se aposenta, é praticamente 30% da sua massa salarial, e quando se aposenta, não tem mais isso. Agora, se esse gari ou essa gari morrer, a pensionista ou o pensionista ficará a ver navios, voltaremos aos tempos em que os aposentados devem fundamentalmente, Ver. Mirgon Kayser, fazer bico. Acabou o conceito de seguridade social, o conceito de respeito à terceira idade, o conceito de respeito a quem construiu, por gerações, o que nós temos aí, que são as escolas, os postos de saúde, hospitais, toda a rede de esgoto e encanamento de água e limpeza urbana, esses que tudo construíram foram ceifados. Mas continua aqui em tramitação, e está na 2ª sessão de Pauta, o projeto de lei das alíquotas, o PLCE, o governo não tirou, não arquivou e nem retirou, está correndo, Ver. Leonel Radde, em 2ª sessão de Pauta. Isso é um escândalo! Onde estão aqueles que diziam que tinham acordo do: tiram os anéis e cortam os dedos e fica com alguns dedos ainda, mas perde alguns dedos e os anéis. Aqui estão querendo tirar toda a mão, toda mão! Está correndo em 2ª sessão de Pauta. Quero que alguém do governo chegue aqui nesta tribuna e diga o contrário. Querem, sim, continuar a segunda etapa, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, do ataque a quem constrói Porto Alegre. E eu não me canso de dizer que há muitos preguiçosos e preguiçosas, indicados, que não querem trabalhar. Eles não querem trabalhar, eles querem colocar a mão no bolso do servidor, por isso aumentar idade, alíquota, tudo importa. Os cargos de confiança da Prefeitura não querem fazer projetos para captar dinheiro federal, eles não trazem... Procurem quantas emendas os deputados de direita trazem para Porto Alegre. Na cultura, quem trouxe emenda foi Fernanda Melchionna, Henrique Fontana e Maria do Rosário. As emendas na área da cultura em Porto Alegre, as últimas, foram só esquerda, Ver. Márcio Bins Ely. Eles não trabalham para trazer recursos federais, eles querem só o dinheiro fácil que é, quando tem os votos, negociar os votos: vem aqui, colocam 24 votos na urna, ou 19, e está em 2º sessão de Pauta o vergonhoso PLCE que é a pá de cal. E eu sei que muitos querem meter essa pá de cal. Estive num debate com o partido NOVO, na RBC TV, e eles falaram que eles têm essa intenção, e eles desejam. Eles participam do governo. A secretária adjunta da Saúde era chefe de gabinete do Ver. Felipe Camozzato e na televisão a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel disse: “Não, nós não estamos no governo”. Mas, por favor! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; vereadoras, vereadores, público que nos assiste. Na Pauta de hoje o projeto da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia que concede a Comenda Porto do Sol à empresa Taurus de armamentos. Eu, em princípio, já acho estranho que tenhamos qualquer tipo de

homenagem, por exemplo, empresa de bebida alcoólica, fábrica de cigarros ou de armas. Mas mesmo isso sendo legal e mesmo sendo caso de armas aqui, eu quero especificamente tratar da Taurus, porque ela foi, Presidente, vereadores e vereadoras, objeto de diversas denúncias e escândalos ao longo da sua existência, dá para listar alguns: a matéria da revista *Veja* de 2016 mostrou que a empresa foi flagrada pela Polícia Federal, vendendo armas para um dos maiores traficantes de armas do mundo, que inclusive fornecia armas para a guerra civil no Iêmen, bem como para várias outras. Isso é matéria da revista *Veja* de 2016! Um traficante e iemenita, de nome Fares Mohammed Mana'a, mas não só isso, em matéria do *The Intercept Brasil* diversos laudos mostraram que a Taurus modificou armas sem autorização do Exército, e as pistolas falharam, atiravam para trás. Na verdade, esses defeitos foram tão graves que ocasionaram diversos acidentes, até mortes - laudos do Exército e uma ação do Ministério Público da Paraíba e da Justiça de Goiás escancararam o hábito de a empresa alterar armas sem avisar as Forças Armadas e seus compradores. Mais ainda: na revista *Isto É* de 2004 está mostrado que uma investigação importante do Ministério Público sobre um general que virou lobista da Taurus em relação a um decreto para regulamentar o Estatuto do Desarmamento, mas que beneficiava, fundamentalmente, a Taurus - também objeto de escândalo! Assim como denunciada a Taurus por vender armas a grupos que promovem guerras civis em todo o continente africano. Bem, o fato de que a Taurus vende armas e é uma empresa de São Leopoldo é uma coisa, pode ter começado em Porto Alegre, parece que sim; agora, o fato, a circunstância de que essa empresa é objeto de inúmeras denúncias, escândalos de toda ordem, inclusive com acidentes graves de pessoas que as utilizavam nas forças de segurança, é algo que nos deixa perplexos. Por que Porto Alegre vai homenagear essa empresa? Por que Porto Alegre vai homenagear a Taurus com a Comenda Porto do Sol? O fato de que, no governo Bolsonaro, o valor das ações da Taurus cresceu muito, para nós não quer dizer nada; o que interessa é, de fato, a atuação da empresa, de fato aquilo que ela faz e fez, sendo uma empresa vendedora de armas, o que já é algo discutível, que fabrica armas, perdão, o que já seria motivo de um debate, mas com uma série de escândalos, que vão desde a venda para o tráfico internacional de drogas - está aqui até o nome do traficante que comprou, conhecido traficante internacional - depois de... (Problemas na conexão.) ...que é o maior de todos, já falecido; o fato é que essas armas tinham problemas aqui, quando vendidas às forças de segurança do Brasil, problemas sérios de funcionamento; o fato de que trabalhavam com *lobby* para serem beneficiadas, desde 2004. Então, são uma série de circunstâncias que nos levam a ter uma restrição definitiva em relação a essa homenagem. Eu tenho maior respeito, evidentemente, pela vereadora que apresentou. A minha obrigação, como líder da oposição, é estudar os projetos em pauta, bem como a Ordem do Dia, Pauta Especial, Pauta, enfim, eu tenho que transmitir orientações - é minha função. E esse estudo me leva a pesquisas em vários desses projetos, diversos, bem como aconselhamentos. E esse debate em pauta é exatamente para isso, para que nós possamos revelar, mostrar, sem nenhum preconceito, sem nenhuma má vontade... Eu não trabalho pessoalizando qualquer questão; pelo contrário, despersonalizo, analiso o projeto. Fosse este projeto de um vereador ou uma vereadora



de oposição, eu diria a mesma coisa. Não seria, por certo não seria, mas eu fico imaginando um outro projeto, que pudesse fazer críticas - claro que aí teria um outro foro, eu teria uma discussão prévia; mas se ainda assim chegasse aqui, eu teria um debate franco e fraterno como esse, porque ele é fraterno! E eu estou colocando exatamente isso, Porto Alegre, Presidente Mônica Leal, não pode fazer essa homenagem; não pode, porque a empresa não merece - já mereceu críticas, já mereceu denúncias, já foi objeto de investigação, mas não pode ser objeto de homenagem! Isso, na minha opinião, constrange a cidade. As pessoas em geral não sabem que esta homenagem vai acontecer. E se souberem não concordarão, mas a nossa responsabilidade, concluindo, Presidente Mônica Leal, é a de termos coragem de dizer não, por maior que seja a empresa, por mais poderosa que seja, ou por mais perigosa; a nossa obrigação é dizer não a este tipo de homenagem. Obrigado, Presidente Mônica Leal.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Quero fazer uma questão de ordem com base no art. 213 do nosso Regimento que versa sobre os deveres do vereador. Na verdade, quando a gente assume o nosso mandato nós fazemos um compromisso de falar sempre a verdade. E eu estou estarrecido com uma publicação que acabei de ver nas redes sociais, por parte de uma vereadora desta Casa, a vice-líder do governo, Ver.<sup>a</sup> Nádia, que está divulgando *fake news* sobre um dos grandes casos que tivemos recentemente, referente à segurança pública, que tem o intuito de apenas instigar a base social dela com discurso de intolerância, uma *fake news* contra a Fátima Bernardes, da Rede Globo, inclusive, comprovadamente veículos de imprensa já estão alertando à vereadora há mais de uma hora sobre o conteúdo mentiroso dessa publicação, e até agora a publicação segue nas redes sociais dela. Então, acho um desrespeito com esta Casa uma vereadora que ocupa um cargo, inclusive, de vice-líder do governo esteja fazendo isso, num dia em que Brasil inteiro discute esse tema. E nós precisávamos, desde o ponto de vista dos políticos, ter lucidez neste momento para conseguir evitar situações de acirramento e de conflito violento no nosso País. Era isso, vereadora, muito obrigado.

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica, que preside esta sessão, cumprimento os demais vereadores. Vim aqui hoje para discutir a Pauta, aproveitar que tem um assunto de extrema importância - não que os outros não sejam - e que é sobre previdência. Nós, aqui, estamos acompanhando esse debate já há bastante tempo sobre a previdência. Felizmente o Ver. Ferronato, quero parabenizá-lo,

fez a opção correta de ser o 24º, somando-se aos outros 23 vereadores, a votar favoravelmente à reforma da Previdência. Digo isso porque a previdência nada mais é do que matemática. Nós temos que fazer uma conta, e se o cidadão for a um banco para fazer uma previdência privada, ele vai ter que dizer lá quanto ele quer pagar, por quanto tempo ele quer pagar, com quantos anos ele quer começar a receber, dizendo, inclusive, quanto ele quer receber, porque o banco vai fazer um cálculo e vai dizer para aquele cidadão: “O senhor tem tantos anos, vai pagar por tantos anos um valor X, e, a partir de tal data o senhor vai poder começar a receber seu retorno privado por aquela poupança que fez” - esse é o regime de capitalização. Nós aqui não podemos querer nos aposentar aos 50 anos de idade, começar a pagar aos 20 anos, pagar por 30 anos, se aposentar aos 50, viver até 70, 80 anos, recebendo 10, 15 vezes mais que o valor que pagou. Essa conta não vai fechar! E é por isso que teve uma reforma previdenciária no País. As pessoas estão vivendo mais tempo; como o regime geral da previdência é de repartição, aquelas pessoas que estão trabalhando pagam, e o valor arrecadado é para pagar a aposentadoria daqueles que se aposentaram. Essa conta não está fechando porque as pessoas estão vivendo mais tempo, ficam mais tempo recebendo, a longevidade é maior, bem como o número de pessoas que trabalham está diminuindo a cada ano que passa, por quê? Porque o cidadão está tendo menos filhos - a base produtiva é menor. Se continuarmos nesse sistema, vai faltar recurso e o governo vai ter que retirar recurso do Tesouro para completar a previdência das pessoas. Então, se tu tiras dinheiro demais do Tesouro, acaba faltando dinheiro para outras pessoas para o sistema de saúde, para a segurança pública, então a conta não fecha. Por isso, teve uma reforma previdenciária. E aqui no Município não é diferente, o nosso regime não é o geral, mas é o regime próprio de previdência social do Município de Porto Alegre, em que também não está mais fechando a conta. E, diariamente, falta dinheiro para completar a previdência. E por que o Ver. Ferronato resolveu assim? Resolveu porque teve uma pressão muito grande dos próprios servidores. Eu mesmo recebi várias ligações de servidores pedindo que votasse favoravelmente a reforma da Previdência - alguns servidores fizeram a conta. Se a conta não fecha com a idade que hoje nós temos, certamente o Município vai, através deste projeto que está aqui, o das alíquotas, aumentar o valor da arrecadação cobrando mais dos que estão na ativa, inclusive dos que estão aposentados. Portanto, foram feitas as contas, e o Ver. Ferronato é um excelente vereador nesta área, fez as contas e viu que, para o servidor público, é muito mais interessante aprovar essa previdência, essa reforma da Previdência, do que aumentar o valor da alíquota. É muito melhor para o servidor, inclusive porque para os aposentados nada muda. Este projeto da reforma previdenciária que votamos e voltaremos a votar em segundo turno não muda nada na vida dos aposentados; ao contrário do que os terroristas de plantão dizem da tribuna e através do seu sindicato, Simpa, que gosta de fazer terrorismo, liga para os aposentados dizendo: “Vocês, agora, com a reforma da Previdência, vão se ferrar!” Totalmente equivocado, e algumas pessoas que não têm oportunidade de ter o conhecimento, até porque já estão aposentados, ficam achando que vai mudar a sua vida. A reforma que votamos aqui e que votaremos novamente em segundo turno nada muda na vida do aposentado; agora, a não aprovação dessa reforma vai, sim, repercutir

negativamente para esses aposentados e para os servidores porque, para balançar esta conta, terá que aumentar alíquotas. Então, felizmente, nós temos aqui 24 vereadores que fizeram as contas, entenderam o projeto, votaram favoravelmente à reforma da Previdência, e certamente, o governo nem vai precisar votar esse projeto das alíquotas que penalizaria e muito o servidor público. Então, o servidor público tem que agradecer aos 24 vereadores que souberam fazer as contas e votaram o que é melhor não só para o servidor público municipal, mas para a cidade como um todo. Então, parabéns a esses 24 vereadores que souberam entender e votaram pela cidade de Porto Alegre, Ver. Ramiro.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Nos temos aqui a proposta de uma homenagem à empresa Taurus. Só quero ler aqui rapidamente, se colocarmos o nome da Taurus no Google, vamos ter algumas notícias sobre essa empresa: “Vítima das próprias armas. A trágica polêmica que divide policiais sobre a Taurus. Taurus vendeu armas a traficante internacional do Iêmen. Procuradoria faz acordo com a empresa Taurus para troca de 704 pistolas. Taurus vende lote de fuzis e submetralhadoras para o Senegal. CVM inabilita ex-administradores da Taurus por fraude na venda de armas controladas”. Enfim, eu poderia aqui ficar lendo diversos artigos e processos sobre a empresa Taurus, empresa essa que foi responsável pela morte e pela lesão de diversos policiais. Diversos policiais ficaram feridos pelas suas próprias armas de fogo. Homicídios acidentais foram cometidos pelo mau funcionamento dessa arma. Vários policiais em confronto com a criminalidade tiveram a falha de fogo dessa arma. Felizmente, nós tivemos, depois de muita batalha, uma quebra desse monopólio no Brasil. Eu não tenho nada pessoal, nada contra a empresa no sentido do benefício econômico que ela traz, ou à quantidade de empregos que ela gera, não é sobre isso que estamos falando. Mas a nossa Câmara de Vereadores teria pautas mais relevantes, personalidades mais relevantes, empresas mais relevantes para receber o maior prêmio. Uma empresa que causou tanto dano para a segurança pública do País, envolvida em tantos escândalos, não mereceria o nosso prêmio maior da Casa. Isso também não é nada pessoal à autora da proposta, até porque eu penso que é complicado homenagearmos indústria bélica num período democrático, muito complexo, e nós devemos, sim, valorizar as empresas e iniciativas que valorizam a vida. Então, encaminhamos aqui o voto contrário, de imediato, a essa iniciativa, com todo o respeito a sua autora, pelos motivos elencados, que não são poucos. Eu me lembro, na minha própria instituição, vários casos de problemas com as armas da Taurus – vários! Fui uma vez num treinamento que estava sendo apresentada a arma 24/7 G2, absolutamente todas as armas que eles levaram para testar deram pane nesse treinamento – todas as armas! Aí vamos homenagear, então, uma empresa que coloca em risco a saúde, a vida

dos policiais e dos agentes da segurança. Isso é trágico, espero que seja revisto, eu me coloco à disposição de um bom diálogo. Mais uma vez, eu refiro que reconheço a importância econômica, reconheço os empregos gerados, mas isso não é motivo para uma homenagem. Não sei o que a gente homenagearia aqui nesta Casa em relação a essa empresa envolvida em tantos escândalos de corrupção, em tantos problemas para a segurança pública do País: tráfico internacional de armas, desvio de recursos, lesões causadas pelo próprio equipamento do policial, enfim, não vejo motivo para essa homenagem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, tenho o maior respeito ao colega que subiu há pouco na tribuna, mas eu quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia por essa indicação, porque eu mesmo estive na Taurus e pude verificar, com meus próprios olhos, o padrão de qualidade daquela empresa. Um padrão Toyota, uma empresa que não tem papel, uma empresa que é toda feita através dos computadores, sistemas, sensores, uma empresa de tecnologia, que tem fábrica nos Estados Unidos! Uma empresa que emprega milhares de pessoas! Uma empresa que traz milhões de reais de tributos para o governo do Estado do Rio Grande do Sul! Eu tenho orgulho da Taurus, do Salesio, presidente da Taurus! Quantos Estados não gostariam de ter a Taurus na sua federação? E nós temos o privilégio de ter a Taurus aqui no Rio Grande do Sul, na nossa vizinha, na nossa coirmã São Leopoldo. Então, por respeito ao colega que trouxe aqui alguns números, mas nós não podemos confundir a Taurus de 50 anos atrás, que fazia um revolver à mão, uma empresa caseira, com os robôs que tem lá, com a tecnologia de última geração, polímeros. Eu passei uma tarde lá, duas ou três vezes aprendendo como funciona a fabricação de uma arma. As armas são testadas centenas de vezes. A Taurus exporta para dezenas de países, infelizmente, ainda enfrenta burocracia do nosso País. É uma pena que, por muitas vezes, a nossa indústria nacional, por uma questão burocrática, esteja indo para outros países. Em 1998, com a Emenda Constitucional nº 19, nós migramos da administração burocrática para a administração gerencial só no papel. Lá no *caput*, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, se colocou o princípio da eficiência: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E a Taurus é uma grande empresa brasileira e gaúcha que nos dá orgulho muito grande. Gostaria que empresas, como essa, viessem se instalar aqui, no Rio Grande do Sul. Não como a Ford, que um ex-governador perdeu para a Bahia. Nós temos que trazer as grandes empresas aqui para o Rio Grande do Sul. Então, um abraço muito especial para o Salesio, presidente da Taurus. Meus parabéns, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, pela coragem de propor essa homenagem tão espacial aqui na Câmara de

Vereadores. Digo mais: nós temos a obrigação, por unanimidade, de aprovar essa homenagem tão especial a Taurus, que orgulha muito a mim e a todos os gaúchos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde pede uma questão de ordem?

**Vereador Leonel Radde (PT):** A situação da Ford já foi julgada, já demonstrou que a Ford teve má-fé, aí traz toda a hora essa história da Ford, não tem mais cabimento!

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente Márcio, vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, hoje eu gostaria de falar sobre um assunto importante, que é o transporte público na cidade de Porto Alegre. O prefeito Melo, o Executivo, protocolou dois projetos na semana passada, nesta Casa, referente ao transporte público. Um deles é referente à isenção nos dias de passe livre, que mandou para esta Casa fazer a discussão. A lei atual prevê 12 dias de passe livre por ano, e o prefeito Melo está reduzindo, e esta Casa terá a oportunidade, então, de fazer esse debate. Assim também como o projeto da desestatização da empresa Carris. E por que desestatizar a Carris? Aí tenho certeza que teremos um grande debate nesta Casa, de um lado, aqueles vereadores que dizem defender o cidadão, o trabalhador, que dizem ser de esquerda, mas alguns vereadores que são de esquerda dizem que não são socialistas e nem comunistas e eu começo a ficar com uma certa dificuldade: o que é da esquerda, o que é da direita, defendem quem? Defendem o trabalhador, a corporação, ou a cidade de Porto Alegre? Na minha opinião, os vereadores desta Casa deveriam defender a cidade e a população, como um todo, e o que é melhor para todos. Mas alguns que dizem defender o trabalhador e falam todos os dias que defendem os mais pobres, na verdade, estão aqui para defender corporações. Infelizmente, no Parlamento, cada vez mais, há pessoas que só defendem um grupamento, defendem uma corporação, e sempre levam o debate para aquele lado, e faz o seu voto defendendo aquela minoria porque tem uma relação pessoal com ela. Como eu falo o que penso e o que enxergo, acabo sendo muito atacado, muitas vezes, inclusive nas redes sociais, há vereadores que dizem: “Eu calei a boca do Ver. Mauro Pinheiro!” Não vou citar quem, porque não vou perder o meu tempo discutindo com vereadores que se dizem os donos da verdade. Quero dizer que era importante se fazer este debate: quem é esquerda, quem é direita e o que cada um defende, porque melhor do que falar em esquerda e direita, para não confundir as pessoas, é nós falarmos o que defendemos, dizendo que é socialista e

defende o socialismo e o comunismo, ou que defende o capitalismo. Eu defendo a evolução, a geração de emprego, o empreendedor. Eu defendo isso, agora, tem uns que não querem dizer que são comunistas, ou socialistas, e que defendem a estatização de tudo, o totalitarismo, e aí ficam naquele jogo. Acho que seria bom se cada um viesse aqui e dissesse o que pensa, o que defende. Eu quero dizer que vou defender, na passagem do ônibus, o que é melhor para a comunidade, para a sociedade. Eu quero que o ônibus funcione, que efetivamente tenha um bom atendimento à população que precisa pegar o ônibus. E não me interessa quem vai transportar as pessoas, o que me interessa é que o transporte seja bom, de qualidade, eficiente, pelo menor preço, porque quem paga hoje o ônibus em Porto Alegre é o trabalhador. Aqui, nesta Casa, e no País inteiro se cria regras, e regras boazinhas, populistas, mas quem paga a isenção, quem paga a passagem cada vez mais alta são os trabalhadores que pegam o ônibus. A empresa Carris, que nós vamos discutir aqui – vamos ter grandes debates nesta Casa –, eleva o custo operacional da Carris, o quilômetro rodado da Carris, e em relação às empresas privadas é 21% mais cara! E aí o que acontece se o quilômetro dela é mais caro? O trabalhador que pega vai pagar a passagem mais cara porque é um grupo, soma os valores, o custo operacional das empresas privadas com o da Carris, e esse 21% joga o preço da passagem para o alto.

Além disso, a empresa Carris não consegue sobreviver com a arrecadação que ela recebe do montante que é pago pelos passageiros. E o Município de Porto Alegre tem que repor, no mínimo, mais 15%, com recursos do Tesouro, para completar o gasto da empresa Carris. Nos últimos 10 anos, a empresa Carris absorveu quase meio bilhão de reais do Município de Porto Alegre para pagar os seus custos. Isso dá uma conta de, mais ou menos, R\$ 40 milhões anuais.

Com esses R\$ 40 milhões anuais, poderíamos construir dez clínicas da família para atender a população da cidade de Porto Alegre. Então, esta é a conta que nós, vereadores e a população de Porto Alegre, temos que fazer. Se querem o transporte com mais qualidade pelo menor preço ou querem estatizar o serviço de ônibus de Porto Alegre, pagar mais caro, ser atendido com menos qualidade, com menos atendimento. Esse é o debate que nós faremos aqui nesta Casa, o que é melhor para o cidadão ou melhor para as corporações? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 18h13min:** Havendo quórum, passamos à

## ORDEM DO DIA

### DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0221/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 068/21**, de autoria das Ver<sup>as</sup> Daiana Santos e Bruna Rodrigues e dos Vers. Leonel Radde, Pedro Ruas e Aldacir Oliboni, que autoriza o Executivo Municipal a fornecer almoço para os estudantes matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino (RME) do Município de Porto Alegre enquanto vigorar o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). **(SEI 209.00039/2021-23)**

#### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CECE e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

#### **Observações:**

- com Emenda nº 01, da Ver<sup>a</sup> Daiana Santos;
- adiada a discussão por duas Sessões em 26-05-21;
- incluído na Ordem do Dia em 26-05-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 068/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 068/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Este projeto de lei é extremamente importante para as crianças do nosso Município. Tentaram, inclusive, dizer que a Prefeitura estaria fazendo já esse serviço, mas nós sabemos que é importante, que essa lei seja aprovada na nossa Casa para que as crianças das escolas municipais de Porto Alegre possam se alimentar em período de pandemia. Infelizmente, tivemos essa mora, esse atraso neste projeto de lei, nessa votação, no andamento desse processo, mas isso faz parte do jogo legislativo. Mas é relevante e, como reconhecimento a essa causa tão importante que é a fome de centenas de crianças do Município de Porto Alegre, que nós façamos a aprovação deste projeto de lei que iniciou com a Ver.<sup>a</sup> Daiana e teve o apoio de toda a bancada da esquerda desta Casa. Nós temos então a bancada do PT, do PCdoB, do PSOL, diversos vereadores e vereadoras que defenderam essa causa. Nós temos que entender que a fome é algo que atinge a alma de todo o ser humano, as pessoas precisam se alimentar para conseguir fazer qualquer outro tipo de atividade, principalmente as crianças das nossas escolas municipais que nós sabemos que estão

localizadas nas áreas periféricas e vulneráveis da nossa capital. Dessa maneira, é urgente a aprovação deste projeto e que isso fique de forma perene no nosso ordenamento jurídico para que jamais essa população passe por tamanha dificuldade e privação. Aprovando este projeto de lei para que se torne lei, nós teremos a segurança de toda a vez que tivermos uma situação de calamidade as crianças do nosso Município, as mais vulneráveis, estarão contempladas, se alimentando com dignidade, de forma segura. É por isso, representando aqui a bancada do Partido dos Trabalhadores, indicamos o voto favorável. Em nome do Ver. Jonas Reis, em nome do Ver. Ton Falcão, em nome do Ver. Mirgon Kayser, nós indicamos o voto favorável a este meritório projeto que tem como objetivo mitigar um pouco a miséria no nosso País. É importante que se diga que, no mesmo momento que tivemos um aumento do PIB, neste País, nós tivemos uma redução da renda dos brasileiros. Esse é o reflexo da política econômica implementada na nossa Nação. Por isso todas as ações que o Estado possa efetivar para mitigar o sofrimento do nosso povo devem ser feitas na nossa Casa. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Daiana, parabéns bancada dos partidos de esquerda nesta Casa, vamos vencer essa votação e pedimos também apoio da base governista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 068/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Estou solicitando para que seja repassado um vídeo. (Procede-se à apresentação de vídeo.) Enquanto este vídeo repassa, eu subo a esta tribuna para falar da importância deste projeto. É um projeto que já está sendo desenvolvido na cidade aqui do lado, em Alvorada, com muito sucesso. Eu fiz isso com muita responsabilidade, Ver.<sup>a</sup> Nádia, a senhora que é vice-líder do governo, fazer essa avaliação dos espaços em que já está sendo executado esse projeto, e também aqui no Município ficar muito atenta aos locais e a forma como está sendo feita a distribuição. Como vocês podem ver, com toda a segurança sanitária, todos os protocolos foram atendidos. Este não um projeto que se coloque de forma obsoleta, bem pelo contrário, é um projeto em que a gente está trazendo para cá e ampliando para que inclusive a base do governo saiba, Ver.<sup>a</sup> Nádia, se este fosse um projeto do Executivo, nós estaríamos defendendo porque é algo que é necessário para que as comunidades, neste momento, tenham esse atendimento através da alimentação. A gente fez essa avaliação com as escolas, junto com o Conselho, e também junto da SMED para dar conta de como é que estava sendo feita a distribuição. Uma das coisas que nós avaliamos e verificamos de forma muito objetiva é que a distribuição da alimentação aqui no Município está ocorrendo, só que são *kits* de alimentação ou cestas básicas em alguns casos, que são somente para aqueles estudantes que têm o cadastro no Bolsa Família. Isso não dá conta deste momento tão duro onde a gente vê a desigualdade tão acentuada. Um bom exemplo é a gente avaliar, acho que isso fica inclusive como uma das formas mais objetivas de a gente compreender esse momento é que o gás de cozinha



chega a custar R\$ 100,00. Se a gente está falando do aumento do desemprego, se a gente está falando de uma série de outras questões que vêm se acentuando nesse momento, a gente está falando da necessidade de auxiliar nessa construção e por isso a gente se coloca tão aberta para fazer esse diálogo.

Eu trago mais duas coisas para finalizar esse encaminhamento que eu acho que são fundamentais. Primeiro, um projeto que está sendo executado com toda a segurança sanitária, com todas as questões nutricionais e também com os protocolos que falam do cuidado ao Covid para os profissionais, mas também para os alunos. Isso acaba fazendo com que tenha esse movimento e fortalecimento da comunidade escolar desses alunos que ficam tão distantes para que, neste momento, busquem a escola e continuem tendo essa referência. Segundo tópico, e não menos importante, é que nós estamos abertos para fazer esse debate, e eu estive por duas vezes na Secretaria da Educação para tratar desse tão importante protocolo, dessa tão importante avaliação que foi feita do projeto, e infelizmente nós não tivemos acesso a esse documento. Eu queria compreender por que nós não tivemos esse acesso, se o projeto é de minha autoria, se estamos querendo auxiliar o Executivo. Na verdade, a gente está fazendo esse movimento para que o Executivo compreenda a importância e a necessidade da alimentação nas escolas neste período tão duro da Covid. Isso é enquanto durar a pandemia. Sempre lembrando que a gente ainda tem uma margem muito grande, que está acentuada, cada vez mais, da contaminação. Então é bem possível que, independente da vacinação, a gente ainda tenha um movimento de fechamento das escolas. E a gente está organizando – eu e todo o bloco que se soma a mim e assina esse importante movimento que está trazendo alimentação como a pauta principal. Isso é cuidado com a saúde, isso é dignidade para as pessoas que são mais negligenciadas e que estão à margem dessa desigualdade nas escolas públicas. Isso é construir junto com o governo, é olhar para o Executivo e pensar que essa responsabilidade, neste momento, é compartilhada. Isso definitivamente é em defesa da vida, porque, se a gente olha a escola como parte importante e significativa da construção das comunidades, a gente tem que fazer esse movimento também trazendo essa responsabilidade aqui para esta Casa Legislativa. E mais uma vez eu digo, não tive como ter acesso a esse documento, por mais que tenha ido atrás dele, em duas oportunidades, mas nós estamos aqui abertos, fazendo a defesa de algo que é tão importante. Quando se fala de alimento, e principalmente pelo fato de eu ser sanitarista, a gente olha para a saúde num contexto mais amplo. Neste momento tão duro de pandemia, a alimentação, a comida no prato é a dignidade da população e é também parte desse cuidado com a contaminação, é parte desse cuidado com as pessoas mais vulnerabilizadas por conta desse acentuado índice de desigualdade na nossa cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 068/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas. Novamente subo a esta tribuna para debater um assunto bastante pertinente para a situação que nós estamos vivendo na cidade, uma situação de insegurança alimentar, de abandono das comunidades frente às políticas necessárias de sobrevivência na pandemia. Segurança alimentar é uma pauta de Norte a Sul do nosso País, mas aqui em Porto Alegre em especial, porque é a cidade do Brasil que menos aporta recurso ao PNAE, ao Plano Nacional de Alimentação Escolar. Então, quando a gente diz que falta alimento na ponta para garantir a segurança alimentar das comunidades, diz muito da falta de investimento por parte do Executivo municipal em políticas de segurança alimentar: cesta básica, vale gás, *cash*, chamem do que quiserem.

Tem divergência dentro do PSOL em relação a essa pauta, porque nós entendemos que não é atribuição das trabalhadoras terceirizadas, na sua maioria são mulheres negras da periferia, todo aquele discurso que nós já fizemos, e elas terem que garantir, junto à direção e a vice direção escolar, a abertura das escolas em época de pandemia para garantir uma política que não é da escola. Educação não é serviço essencial. Assistência social é serviço essencial. Transporte é serviço essencial. Defesa civil é serviço essencial. Educação não é. Isso também é uma discussão que nós estamos fazendo na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional e a gente tenta manter um certo tipo de coerência, porque em momento de pandemia é necessária, sim, uma política de segurança alimentar. Não é à toa que nós propomos para o governo um fundo municipal de segurança alimentar, porque o Funcovid é um fundo que ninguém sabe quanto está aportado para o Covid e quais são as destinações do Funcovid neste momento de pandemia. A gente precisa de um fundo municipal de segurança alimentar que consiga encaminhar a execução da política. Da forma como está hoje é abrir as escolas de qualquer jeito e um determinado segmento a sociedade vai se contaminar. Os estudantes não estão frequentando a escola com a mesma assiduidade que antes da pandemia. Onde estão esses estudantes? Quem é que tem a responsabilidade de fazer uma busca ativa por esses estudantes? São somente os estudantes que precisam se alimentar? A mãe, o pai, o primo, o tio, o vô, a vó, que também estão sendo impactados pela crise econômica e pandêmica, eles não precisam de uma política de segurança alimentar? É só a escola a responsável pela política de segurança alimentar? Não tem uma outra forma de a gente destinar os recursos do PNAE? Tem, tem porque foi destinado já. Duas cestas básicas, por ano, para cada estudante da rede. Insuficiente! Uma vergonha! Mas não é culpa da política, é culpa da falta de investimento. O PNAE existe e existe precedente legal para destinar a compra de cesta básica. O que não está havendo aí é a disputa do orçamento público. Sem recurso para o PNAE não adianta. Abrir escola dentro desse contexto é contaminar o segmento da população que, do nosso ponto de vista, não é essencial, não precisa se contaminar. Tem que ter investimento no PNAE, fundo municipal de segurança alimentar, investimento na assistência social, porque hoje as trabalhadoras que estão lá fazendo a carga e a distribuição das cestas básicas não têm mais condições físicas de fazer as entregas porque é um trabalho do cão. Então é isso o que a gente tem que pensar e pressionar o governo porque recurso tem. Está aí o RenovaPOA para mostrar que a gente tem abundância de recurso no

Município, só que são decisões políticas. A gente acha que neste momento não é o ideal encaminhar esse rojão para as escolas. Era esse o nosso encaminhamento.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 068/21.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente, antes de iniciar a minha fala, quero cumprimentar e ressaltar que hoje é um dia muito importante para a liberdade, é uma luta de todos que são adeptos à civilização, adeptos ao respeito ao próximo. Então é muito bacana poder ver todo o movimento, poder ver seres humanos sendo tratados como seres humanos, com dignidade, com respeito. Aliás, onde não existe tolerância, não existe liberdade. Então essa é uma pauta que o NOVO defende e que todos os países que toleram, prezam pela liberdade colocam justamente na sua prática diária. A gente sabe que tem muitos países que ainda oprimem as pessoas por conta das suas escolhas, violentam, perseguem, e é uma pena ver isso. Eu sei que alguns dos partidos que estão se manifestando aqui têm simpatia por alguns desses países que perseguem e ainda fazem da opção sexual, da escolha sexual, ou seja lá qual o desejo da pessoa, a identificação da pessoa, fazem disso uma batalha, fazem disso uma perseguição, uma luta e violência. Então, quero desejar aqui que nós possamos avançar enquanto humanidade, pois é uma pauta civilizacional.

Mas eu quero só responder aqui, a pedido da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, eu estou com um pedido de informação respondido pela secretária de educação, a Sra. Janaína Audino, feito pelos vereadores que compõem a Comissão de Educação e feito pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, que no momento não conseguiu ter acesso ao documento. Eu me inscrevi para poder falar e ler o documento que diz respeito justamente ao PLL nº 068/21, este presente que nós estamos debatendo. Diz aqui no ofício redigido pela secretária Janaína: "Considerando o pedido quanto à solicitação da avaliação para a SMED do PLL nº 068/21, além das inconstitucionalidades apontadas no Parecer nº 95/2021 do Procurador Geral Fábio Nyland, informamos que a rede municipal de ensino de Porto Alegre, com a retomada das aulas presenciais, já oferece cronograma completo de alimentação no PNAE, no qual os almoços estão inclusos e, ainda que ocorresse a suspensão das aulas, permaneceria com a distribuição de cestas básicas e a possibilidade de alunos almoçarem nas escolas, desde que previamente avisados. Assinam Sílvia Pauli, coordenadora da Unidade de Alimentação e Nutrição; e Janaína Audino, secretária municipal da educação em Porto Alegre." Então cumpro aqui o pedido da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, minha colega de bancada, para ler o ofício e tornar de esclarecimento aos colegas vereadores esse tema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Presidente, eu acho que o projeto é meritório, mas já perdeu o tempo. O projeto era para quando as escolas estavam fechadas, para alimentação para os alunos. As escolas já estão funcionando, então a alimentação já está acontecendo. Nós estamos discutindo um tema que não tem nenhuma relevância, deveria ser arquivado esse projeto. Então faço a colocação para os vereadores, apesar de ser meritória a preocupação com as crianças e com os alunos, mas que esse projeto seja arquivado. Ele já perdeu toda a sua função tempestivamente por já estarem funcionando as escolas.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Como é que pode o Ver. Mauro Pinheiro dizer que não é relevante esse projeto? Não é relevante a questão da alimentação das crianças? O fato de que já está funcionando ou não está funcionando é um outro debate, não tem nada a ver com isso. A garantia aqui é permanente. O que teria sentido é um debate sério e profundo, no qual há divergências no PSOL, inclusive, como disse a Ver.<sup>a</sup> Karen. Agora, eu assinei esse projeto, defendo esse projeto e não é possível que o Ver. Mauro Pinheiro venha dizer que esse projeto não é importante. Então que tenha coragem e vote contra, mas não venha dizer que não é importante, ou então vá para a tribuna encaminhar. Isso aí não é questão de ordem.

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** O que não me falta é coragem, tanto é que estou no plenário; o senhor, por exemplo, não sai de casa. Eu acho que para o senhor está faltando coragem, mas o projeto de lei não tem sentido...

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Quem é que disse que eu não saio de casa?

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Eu não sou contra nem disse que não é meritório. O senhor está colocando palavras na minha boca que eu não falei. É importante a alimentação para as crianças, sim, é importante, e as crianças já estão recebendo alimentação. Esse projeto não serve para nada. Tem um projeto de lei para autorizar o governo a fazer o que ele já está fazendo! É claro que, se tiver que votar, eu voto contra, Ver. Pedro Ruas, e eu tenho coragem, estou aqui. Por que o senhor não vem para a Câmara?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Olha, eu não vou à Câmara simplesmente porque não quero, talvez para não encontrar com pessoas como V. Exa. Eu saio sempre e tenho muita coragem, vereador, o senhor sabe disso. Eu disse: "Tenha coragem de assumir essa pauta", não falei da sua falta de coragem pessoal em outras coisas. Nessa pauta tem que ter coragem então de ser contra. É um absurdo alguém dizer que não é importante alimentar as crianças. Um absurdo!

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, vereador.

**Vereador Mirgon Kayser (PT):** Eu peço à Mesa que o rito de votação e debate do projeto em questão seja respeitado. E de outra parte, gostaria aqui de deixar o desagravo ao Ver. Pedro Ruas, que é, com certeza, na história desta Casa, um dos parlamentares de maior coragem que esta cidade já viu.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Mirgon Kayser, fica o registro.

**Vereadora Daiana Santos (PCdoB):** Presidente, acho que é importante dizer que, quando falam que o projeto já passou do prazo, é que não consideram que a gente ainda está no ápice da pandemia e que é bem possível que as escolas fechem novamente. Eu quero fazer o registro aqui da morosidade da votação de coisas importantes, considerando que só é votado aquilo que... Não, mas independente, Ver. <sup>a</sup> Nádia, nós estamos solicitando as informações, nós estamos dispostos ao debate, nós estamos construindo com a base, mas demora tanto. Não só esse projeto como outros também. Acho que isso é importante de a gente trazer aqui e tornar evidente. E a alimentação, vereador, é fundamental. Que por um dia a gente pudesse sanar a fome de uma criança, durante um dia, isso já seria importante. A gente está falando do desenvolvimento da nossa sociedade, quando a gente olha para as escolas e para as crianças.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Presidente, eu não posso ouvir de uma vereadora dizer que nós não estamos votando nada neste momento. É verdade, nós estamos há mais de quatro horas em todos os assuntos, mas, na hora de votar, eles mesmos não querem votar. Então, na realidade, o que está se dizendo é que este projeto já não tem mais foco, ou seja, a Prefeitura já está fazendo. Só para dizer que alguém votou contra e outros votaram a favor, não leva a nada. Nós perdemos tempo, quatro horas para votar um projeto que já não tem mais visibilidade.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito ao diretor legislativo que apregoe as matérias apostas ao PLL n° 068/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda n° 02, de autoria do Ver. Mauro Zacher, ao PLL n° 068/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda n° 02 ao PLL n° 068/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando dispensa do envio da Emenda n° 02 ao PLL n° 068/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, vereadores e vereadoras, eu faço um apelo ao Ver. Mauro Pinheiro. Nós temos tido divergências em vários pontos, temos convergência em outros tantos, há vários momentos que são mais tensos, mais complexos, há outros tantos que não, mas essa questão... nós adiamos essa discussão por meses porque havia toda a questão do interesse do Executivo no projeto da reforma Previdenciária. Esse projeto era para estar aprovado, esse que votamos agora, há pelo menos dois meses, mas continua importante. Na sequência dessa pandemia, não se sabe o que ocorrerá. Nós poderemos ter uma série de consequências vitais. E eu conheço o Ver. Mauro Pinheiro, sei que é um homem honesto, sério. Tivemos divergências, não importa, podemos ter as mais duas divergências, as mais pesadas, mas ele sabe que esse projeto não é uma brincadeira. A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos pesquisou na cidade, fez levantamento nas escolas, as crianças têm necessidade dessa alimentação. Então, para vencer uma disputa eventual, pessoal com a oposição, ser contra isso não tem sentido, não combina com a sua história, com a sua trajetória. Evidentemente que a tradição aqui é a dispensa do encaminhamento às comissões. Se for encaminhado, nós vamos ter, de novo, a impossibilidade de votar o projeto. É um escárnio isso, não é possível.

Então, faço esse pedido fraterno, eu tenho esse direito, acho que tenho por conhecê-lo há tantos anos, enfim. Temos uma boa relação com divergências ou não, para que não mantenha esse... Já é tradição nossa, já aconteceu, mas não é a nossa tradição. A tradição é dispensar o envio às comissões, a tradição da Casa é essa. É nesse sentido que faço o encaminhamento, Presidente, para que haja a dispensa e quiçá o Ver. Mauro Pinheiro, com todo o respeito devido, é o meu pedido, revise a sua posição nesse sentido. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa noite a todas e todos. Eu gostaria de fazer o encaminhamento no mesmo sentido do que acabou de falar o Ver. Pedro Ruas. Eu não vejo por que, Ver. Mauro Pinheiro, a gente postergar a votação desse projeto que já está há quase dois meses nesta Casa, que já foi objeto de discussão neste plenário e agora, diante de alguns argumentos que foram apresentados aqui, que, na verdade, foi uma contrariedade ao projeto e de antemão já se apresentou uma posição e agora se usa uma tática de obstruir que o projeto possa ir a voto e que se possa discutir algo que é essencial para a vida das nossas comunidades. É um debate que está diretamente relacionado com a situação da pandemia aqui em Porto Alegre, com uma política que tem seus vínculos com a assistência social, com a necessidade de ter uma política de segurança alimentar, algo que até o momento ainda não foi feito como deveria pela gestão municipal e pelo conjunto das secretarias responsáveis. Então, nós

estamos diante de uma discussão que é importantíssima e, nesse sentido, nós poderíamos ter aqui opiniões prévias apresentadas frente à discussão o encaminhamento de maneira séria para que a gente traga o projeto à votação no plenário e mostre qual é a opinião desta Casa sobre esse tema. Eu tenho uma opinião favorável ao projeto, acho que ele é importantíssimo nesse contexto, nós já discutimos isso aqui. E os outros vereadores têm de colocar a sua opinião também na mesa para que a gente possa discutir e fazer com que essa pauta avance e outras também aqui na Casa. Então, não vejo o porquê, acho um posicionamento muito ruim que a gente obstrua a discussão novamente. Por isso o nosso encaminhamento é para que haja a dispensa do envio da emenda às comissões e que a gente avance de imediato com a discussão do projeto. Era isso, Presidente, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente, vereadores, esse projeto que estamos discutindo – pessoas que nos assistem e depois vão ver os *cards* dos socialistas e dos comunistas falando mal dos vereadores – é importante explicar para a população o que é o projeto. O projeto, na sua essência, é meritório e tenho certeza de que os 36 vereadores concordam em distribuição de alimentação nas escolas, não só nas municipais, mas também nas infantis, para a população de baixa renda e que precisa e precisou durante a pandemia, ajuda. E muitos de nós aqui, além das escolas, participaram de diversas frentes de distribuição de cestas básicas, de quentinhas, porque todos nós, que podíamos ajudar, tínhamos de ajudar no momento difícil. E esse projeto de lei, com vários autores, autoriza o Executivo municipal a fornecer almoço para os estudantes matriculados nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Porto Alegre, enquanto vigorar o estado de calamidade pública decretado, decorrente da pandemia do novo coronavírus. Esse é o projeto e a emenda do projeto. E depois o artigo aqui: “Fica o Executivo municipal autorizado”..., quer dizer, nós estamos dizendo que o Município pode oferecer almoço para os estudantes matriculados na escola da rede municipal de ensino. Primeiro, o Município não precisa de autorização desta Casa para poder fazer isso. “Enquanto vigorar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia, no período em que não estiverem funcionando na modalidade de ensino presencial”. As escolas já voltaram e já estão funcionando. Então, nós vamos fazer um projeto, estamos discutindo, perdendo o tempo precioso desta Câmara Municipal – a própria vereadora reclamou que o projeto está aqui, que não se avança, que demora para votar projeto – para votar um projeto que autorize o Município a fazer o que ele já estava fazendo no período em que não estava tendo aulas, num período em que já tem aula. O projeto é totalmente inócuo, ele já está fazendo isso e as aulas já voltaram. Então, é isso o que nós estamos discutindo para votar nesse projeto. Por isso, eu pedi a

retirada desse projeto porque não tem mais a necessidade. Ele era importante, deveria ter sido votado lá atrás, antes de as aulas voltarem, eu votaria certamente a favor do projeto. Agora eu vou votar favoravelmente a algo que já está acontecendo? Não tem porque nós estarmos perdendo tempo para dizer que os vereadores são as pessoas mais mal-intencionadas e, na verdade, está tendo alimentação porque eu fiz uma lei lá que autoriza o governo a fazer isso, por isso estão recebendo alimento. O que é isso? Isso já está acontecendo! Não tem mais porque fazer projeto de lei. Não precisa uma lei, para que fazer uma lei? Já está acontecendo. Depois, não é nada para obstruir.

O Ver. Mauro Zacher colocou uma emenda que fala sobre as escolas infantis, eu não sei qual é a opinião, apertar de esse projeto de lei ser obsoleto, eu vou estar dando encargos para as escolas infantis? Líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, Ver.<sup>a</sup> Nádia, foi conversado com a secretaria? Há necessidade, tem condições, há possibilidade, foi discutido? Vocês gostam tanto de falar em democracia, eu quero ouvir o que as escolas infantis pensam da distribuição de alimentação, se podem fazer, se não podem fazer. Então, democraticamente, vamos dar tempo para que a gente possa discutir com as escolas infantis, elas estão sendo acrescentadas. Se nós votarmos hoje, vamos votar um projeto que está criando uma atribuição, autorizando as escolas infantis a fazerem algo que não sei se estão preparadas, se elas querem fazer, se o Município tem condições de fazer.

Outro dia aqui, nós estávamos discutindo projetos muito mais importantes para a cidade, e foi colocada uma emenda, os socialistas e os comunistas disseram que nós tínhamos de voltar o projeto para as comissões porque eles precisavam de tempo para discutir. Hoje eu aprendi com vocês há pouco tempo, porque, nos meus 13 anos de Câmara – olha, o número 13 me persegue –, nunca tinha visto uma emenda voltar, um projeto voltar por causa da emenda, e teve aqui. Os socialistas e os comunistas disseram: “Não, nós queremos que o projeto volte, não aceitamos o requerimento da emenda”. Então, eu aprendi a história, eu gostei dessa história de o requerimento voltar o projeto para discutir nas comissões, Presidente. Eu aprendi, aprendo rápido, sofri. Então, vou votar contrário porque espero que esse projeto, já que os autores não querem retirar o projeto, que já é obsoleto, que volte às comissões para que a gente possa discutir melhor. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Encerrado o prazo regimental da sessão. Agradeço a presença de todos. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h53min.)

\* \* \* \* \*